



**IGREJA
PRESBITERIANA
DO BRASIL**

**CONFISSÃO DE FÉ DE
WESTMINSTER**

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

CAPÍTULOS CONTEÚDO

I	ESCRITURA SAGRADA
II	DEUS E A SANTÍSSIMA TRINDADE
III	DECRETOS ETERNOS DE DEUS
IV	criação
V	PROVIDÊNCIA
VI	QUEDA DO HOMEM, O PECADO E O SEU CASTIGO
VII	PACTO DE DEUS COM O HOMEM
VIII	CRISTO O MEDIADOR
IX	LIVRE ARBÍTRIO
X	VOCAÇÃO EFICAZ
XI	JUSTIFICAÇÃO
XII	ADOÇÃO
XIII	SANTIFICAÇÃO
XIV	FÉ SALVADORA
XV	ARREPENDIMENTO PARA A VIDA
XVI	BOAS OBRAS
XVII	PERSEVERANÇA DOS SANTOS
XVIII	CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO
XIX	LEI DE DEUS
XX	LIBERDADE CRISTÃ E LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA
XXI	CULTO RELIGIOSO E O DOMINGO
XXII	JURAMENTOS LEGAIS E OS VOTOS
XXIII	MAGISTRADO CIVIL
XXIV	MATRIMÔNIO E DIVÓRCIO
XXV	IGREJA
XXVI	COMUNHÃO DOS SANTOS
XXVII	SACRAMENTOS
XXVIII	BATISMO
XXIX	CEIA DO SENHOR
XXX	CENSURAS ECLESIASTICAS
XXXI	SÍNODOS E CONCÍLIOS
XXXII	ESTADO DO HOMEM DEPOIS DA MORTE E A RESSUREIÇÃO DOS MORTOS
XXXIII	JUÍZO FINAL
XXXIV	ESPÍRITO SANTO
XXXV	AMOR DE DEUS E MISSÕES

NOTA HISTÓRICA

Desde julho de 1643 até fevereiro de 1649, reuniu-se em uma das salas da Abadia de Westminster, na cidade de Londres, o Concílio conhecido na história pelo nome de Assembléia de Westminster. Este Concílio foi convocado pelo parlamento inglês, para preparar uma nova base de doutrina, forma de culto e governo eclesiástico que devia servir para a igreja do Estado nos três reinos.

Em um sentido, a ocasião não foi propícia. Já começara a luta entre o Parlamento e o rei, Carlos I, e durante as sessões do concílio o país foi agitado pela revolução em que o rei perdeu a vida e Cromwell tomou as rédeas do governo. Em outro sentido, a ocasião foi oportuna. Os teólogos mais eruditos daquele tempo tomaram parte nos trabalhos da Assembléia. A Confissão de Fé e os Catecismos foram discutidos ponto por ponto, aproveitando-se o que havia de melhor nas Confissões já formuladas, e o resultado foi a organização de um sistema de doutrina cristã baseado na Escritura e notável pela sua coerência em todas as suas partes.

O Parlamento não conseguiu o que almejava quando nomeou os membros do Concílio. A Confissão de Fé foi aprovada, mas apenas poucos meses a Igreja Presbiteriana foi nominalmente a igreja do estado na Inglaterra.

A Confissão de Westminster foi a última das confissões formuladas durante o período da Reforma. Até agora tem havido na história da igreja somente dois períodos que se distinguiram pelo número de credos ou confissões que neles foram produzidos. O primeiro pertence aos séculos IV e V, que produziram os credos formulados pelos concílios ecumênicos de Nicéia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia; o segundo sincroniza com o período da Reforma. Os símbolos do primeiro período chamam-se "credos", os do segundo "confissões". Uma comparação entre o Credo dos Apóstolos, por exemplo, e a Confissão de Westminster mostrará a diferença. O Credo é a fórmula de uma fé pessoal e principia com a palavra "Creio". A Confissão de Fé de Westminster segue o plano adotado no tempo da Reforma, é mais elaborada e apresenta um pequeno sistema de teologia. Esse sistema é conhecido pelo nome de Calvinismo, por ser o que João Calvino ensinou, e foi aceito pelas Igrejas Reformadas, que diferiam das Luteranas.

A utilidade de uma Confissão de Fé evidenciou-se na história das Igrejas Reformadas ou Presbiterianas. Sendo a Confissão de Westminster a mais perfeita que elas conseguiram formular, serve de laço de união e estreita as relações entre os presbiterianos de todo o mundo. Os Catecismos especialmente têm servido para doutrinar a mocidade nas puras verdades do evangelho.

A AUTORIDADE DA CONFISSÃO DE FÉ E DOS CATECISMOS

Pessoas há que estranham adotar a Igreja Presbiteriana uma Confissão de Fé e Catecismos como regra de fé, quando sustenta sempre ser a Escritura Sagrada sua única regra de fé e de prática. A incoerência é apenas aparente. A Igreja Presbiteriana coloca a Bíblia em primeiro lugar. É ela só que deve obrigar a consciência.

É também princípio fundamental da Igreja Presbiteriana que toda autoridade eclesiástica é ministerial e declarativa; que todas as decisões dos concílios devem harmonizar-se com a revelação divina. A consciência não se deve sujeitar a essas decisões se forem contrárias à palavra de Deus.

Ainda outro princípio da mesma igreja é que os concílios, sendo de homens falíveis, podem errar, e muitas vezes têm errado. Suas decisões, portanto, não podem ser recebidas como regra absoluta e primária de fé e prática; servem somente para ajudar na crença ou na conduta que se deve adotar. O supremo juiz de todas as controvérsias, em matéria religiosa, é o Espírito Santo falando na e pela Escritura. Por esta, pois, devem-se julgar toda e qualquer decisão dos concílios e toda e qualquer doutrina ensinada por homens.

Admitir-se a falibilidade dos concílios não é depreciar a autoridade da Confissão de Fé e dos Catecismos para aqueles que de livre vontade os aceitem. Admitindo tal, a igreja somente declara que depende do Autor da Escritura, e recebe a direção do seu Espírito na interpretação da palavra e nas fórmulas de aplicar suas doutrinas. A Igreja Presbiteriana sustenta que a Escritura é a suprema e infalível regra de fé e prática; e também que a Confissão de Fé e os Catecismos contêm o sistema de doutrina ensinado na Escritura, e dela deriva toda a sua autoridade e a ela tudo se subordina.

É justamente porque cremos que a Confissão de Fé e os Catecismos estão em harmonia com a Escritura, nossa regra infalível, que os aceitamos. Não existem, pois, na Igreja Presbiteriana, duas regras de fé, mas uma só, suprema e infalível. As outras fórmulas são subordinadas e falíveis, necessárias para a pureza, governo e disciplina da igreja. Assim a experiência de muitos séculos o tem demonstrado.

CAPÍTULO I

DA SAGRADA ESCRITURA

I.I - Revelação plena.

Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus¹ de tal modo que os homens fiquem inescusáveis², contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação³. Por isso, foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua igreja aquela sua vontade⁴. E depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da igreja contra a corrupção da carne e malícia de satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda⁵. Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade⁶. Ref:

1 - Sl 19:1-4

2 - Rm 1:19-20; Rm 1:32; Rm 2:14-15; Rm 2:12

3 - 1Co 1:21; 1Co 2:9-14; At 4:12; Rm 10:13-14

4 - Hb 1:1-2; Gl 1:11-12; Dt 4:12-14

5 - Lc 24:27; 2Tm 3:16; 2Pe 3:15-16

6 - Lc 16:29-31; Hb 2:1-3; 2Pe 1:10

I.II - Cânon Sagrado.

Sob o nome de Escritura¹ Sagrada ou palavra de Deus², incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamentos, que são os seguintes, todos dados por inspiração de Deus³ para serem a regra de fé e de prática:

Velho Testamento: Gênesis, Êxodo, Levítico, Número, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, I e II Samuel, I e II Reis, I e II Crônicas, Esdras, Neemias, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Isaías, Jeremias, Lamentações, Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias.

Novo Testamento: Mateus, Marcos, Lucas, João, Atos, Romanos, I e II Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, I e II Tessalonicenses, I e II Timóteo, Tito, Filemon, Hebreus, Tiago, I e II Pedro, I, II e III João, Judas e Apocalipse. Ref:

1 - Jo 5:39

2 - 1Ts 2:13

3 - 2Tm 3:16; 2Pe 1:21; Ef 2:20; Ap 22:18-19

I.III - Apócrifos.

Os livros geralmente chamados apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; não são, portanto, de autoridade na igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos. Ref:

Lc 24:27; Rm 3:2; 2Pe 1:21; Pv 30:6; Dt 4:2; Dt 12:32

I.IV - Autoridade das Escrituras.

A autoridade¹ da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade), que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus². Ref:

1 - Jo 5:39; 2Tm 3:16

2 - 1Ts 2:13; Gl 1:11-12

I.V - Autoridade das Escrituras sobre a autoridade da igreja.

Pelo testemunho da igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, e eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provêm da operação interna do Espírito Santo, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações. Ref:

1Tm 3:15-27; 1Jo 2:20; Jo 16:13-14; 1Co 2:10-12

I.VI - Escrituras: Revelação da vontade de Deus.

Todo o conselho de Deus concernente a todas as cousas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela¹. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens²; reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das cousas reveladas na palavra³, e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da igreja, comuns às nações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas⁴. Ref:

1 - 2Tm 3:15-16

2 - Mt 15:6

3 - Jo 6:45; 1Co 2:9-12

4 - 1Co 11:13-15

I.VII - Interpretação da Bíblia.

Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos¹; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em um ou outro passo da Escritura são tão claramente expostas e explicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas². Ref:

1 - 2Pe 3:16; Jo 16:17; Jo 6:60

2 - Sl 119:105-130; At 17:11-12

I.VIII - Documentos originais.

O Velho Testamento em hebraico (língua vulgar do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus, e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos¹, são por isso autênticos e assim em todas as controvérsias religiosas a igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal²; mas, não sendo essas línguas conhecidas por todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas Escrituras e que deve no temor de Deus lê-las e estudá-las³, esses livros têm de ser traduzidos nas línguas vulgares de todas as nações aonde chegarem, a fim de que a palavra de Deus, permanecendo nelas abundantemente, adorem a Deus de modo aceitável e possuam a esperança pela paciência e conforto das Escrituras⁴. Ref:

1 - Mt 5:18

2 - Is 8:20; At 15:14

3 - Jo 5:39; 2Tm 3:14-15; 2Pe 1:19

4 - 1Co 14:6; 1Co 14:9; 1Co 14:11-12; 1Co 14:24; 1Co 14:27-28; Mt 28:19-20; Cl 3:16; Rm 15:4

I.IX - A inerrância das Escrituras.

A regra infalível de interpretação da Escritura é a mesma Escritura; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), esse texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente. Ref:

At 15:15; Jo 5:46; 2Pe 1:20-21

I.X - Bíblia, Juiz Supremo em matéria de fé e de moral.

O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares; o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo, falando na Escritura. Ref:

2Ts 2:15; Mt 22:29-31; At 28:25; Gl 1:10; Jo 7:24; 1Tm 4:6-7; 1Tm 6:3-4; Tt 1:9-10; Hb 4:12

CAPÍTULO II DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

II.I - Unidade Trina.

Há um só Deus vivo e verdadeiro¹, o qual é infinito em seu ser e perfeições². Ele é um Espírito puríssimo³, invisível⁴, sem corpo, membros e paixões⁵; é imutável⁶, imenso⁷, eterno⁸, incompreensível⁹, onipotente¹⁰, onisciente¹¹, santíssimo¹², completamente livre¹³ e absoluto¹⁴, fazendo tudo para a sua própria glória¹⁵ e segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável¹⁶. É cheio de amor¹⁷, é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro remunerador dos que o buscam¹⁸ e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos¹⁹, pois odeia todo o pecado²⁰; de modo algum terá por inocente o culpado²¹. Ref:

01 - Dt 6:4; 1Co 8:4-6; 1Ts 1:9; Jr 10:10

02 - Jr 23:24; Sl 147:5; 1Rs 8:27; Sl 134:1-3

03 - Jo 4:24

04 - 1Tm 1:17

05 - Lc 24:39; Dt 4:15-16

06 - Tg 1:17

07 - 1Rs 8:27; Jr 23:23-24

08 - Sl 90:2; 1Tm 1:17

09 - Rm 11:33; Sm 145:3

10 - Ap 4:8

11 - Jo 16:30; 1Jo 3:20

12 - Is 6:3

13 - Sl 115:3

14 - Is 44:6; At 17:24-25

15 - Rm 11:36; Ap 4:11

16 - Ef 1:11

17 - 1Jo 4:8-10

18 - Hb 11:6

19 - Ne 9:32-33

20 - Hc 1:13

21 - Êx 34:6-7; Na 1:1-3

II.II - Deus, soberano auto-existente e auto-suficiente.

Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda vida, glória, bondade e bem-aventurança¹. Ele todo suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência, não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas². Ele é a única origem de todo ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas³ e sobre elas tem soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser⁴. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele⁵; o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura⁶, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto⁷. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos⁸. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo o culto, todo o serviço e obediência, que há por bem requerer deles⁹. Ref:

1 - Jo 5:26; At 7:2; Sl 119:68; 1Tm 6:15; Rm 9:5

2 - At 17:24-25

3 - Rm 11:36; Is 40:12-17

4 - Dn 4:25; Ef 1:11

5 - Hb 4:13

6 - Rm 11:33-34; Sl 147:5

7 - Is 46:9-11; At 15:18; Ez 11:5

8 - Sl 145:17; Rm 7:12

9 - Ap 7:11-12; Ap 5:12-14

II.III - Santíssima Trindade.

Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade - Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo¹. O Pai não é de ninguém - não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai²; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho³. Ref:

1 - Mt 28:19; 2Co 13:13; Mt 3:16-17

2 - Jo 1:14-18

3 - Gl 4:6; Jo 15:26

CAPÍTULO III DOS ETERNOS DECRETOS DE DEUS

III.I - A eterna preordenação de Deus.

Desde toda eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou, livre e inalteravelmente, tudo quanto acontece¹; porém, de modo que nem Deus é o autor do pecado², nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias antes estabelecidas³. Ref:

1 - Ec 1:9; Ef 1:11; At 4:27-28; Ef 2:10; Is 46:10-13; Hb 3:4; Jr 18:6; Sl 135:5-9; At 17:26; Ec 3:14; Is 19:12; Is 37:26; 1Sm 2:6-8; Dn 4:34-35; Ez 14:13-14; Pv 16:33; Jr 10:23; Is 63:17; Dt 2:30

2 - Tg 1:13; 1Jo 1:5

3 - At 3:23; Mt 17:12; At 4:27-28; Jo 19:11; At 27:23-24; At 27:34-35

III.II - A presciência de Deus.

Ainda que Deus saiba tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis¹, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições². Ref:

- 1 - 1Sm 23:11-12; Mt 11:21-23; Sl 139:1-4; Êx 7:13
2 - Rm 9:11-18; 2Tm 1:9; Ef 1:4-5; Êx 7: 2-5

III.III - Eleitos e não eleitos.

Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna¹ e outros preordenados para a morte eterna.² Ref:

- 1 - 1Tm 5:21; At 13:48; Rm 8:29-30; Jo 10:27; Mt 20:14; At 22:14
2 - Mt 25:41; Rm 9:22-23; Jd 1:4; Mc 4:11-12

III.IV - O número dos predestinados.

Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído. Ref:

Jo 10:14-16; Jo 10:27-29; Jo 6:37-39; Jo 13:18; Mt 24:24; Ap 6:11; Ap 7:4

III.V - Preordenados em Cristo Jesus.

Segundo o seu eterno e imutável propósito¹ e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade², Deus, antes que fosse o mundo criado³, escolheu em Cristo⁴ para a glória eterna⁵ os homens que são predestinados para vida; para louvor da sua gloriosa graça, ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor⁶, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura, que a isso o movesse, como condição ou causa⁷. Ref:

- 1 - Ef 1:11
2 - Ef 1:9
3 - Ef 1:4
4 - 2Tm 1:9
5 - Rm 8:30
6 - Ef 1:5-6; Ef 1:12
7 - 2Tm 1:9; Ef 1:6; Ef 2:8-9

III.VI - Predestinação dos fins e dos meios.

Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim¹; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo², são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido³; são justificados⁴, adotados⁵ santificados⁶ e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora⁷. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo⁸. Ref:

- 1 - Ef 2:10; 2Ts 2:13; 1Pe 1:2; Ef 1:4
2 - Rm 5:19; 1Ts 5:9; 1Ts 5:10; Tt 2:14
3 - Rm 9:11; 2Ts 2:13-14; 1Co 1:9
4 - Rm 8:30
5 - Ef 1:5
6 - Ef 1:4; 1Ts 4:3; 2Ts 2:13
7 - 1Pe 1:5; Jo 10:28
8 - Jo 17:9; Jo 6:64-65; Jo 8:47; Jo 10:26; At 13:48; 1Jo 2:19; Mt 20:28; Ap 5:9; 1Sm 3:14

III.VII - Predestinação: misericórdia e justiça.

Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas¹; o resto dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça², foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa dos seus pecados³. Ref:

1 - Mt 11:25-26; Rm 9:18

2 - Ap 15:3-4

3 - 2Ts 2:10-12; Rm 9:14-22; Rm 11:8-10; Ap 17:17

III.VIII - Predestinação, doutrina edificante.

A doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, a fim de que os homens, atendendo à vontade revelada em sua palavra e prestando obediência a ela, possam, pela evidência da sua vocação eficaz, certificar-se da sua eterna eleição. Assim, a todos os que sinceramente obedecem ao evangelho esta doutrina fornece motivo de louvor, reverência e admiração de Deus, como de humildade, diligência e abundante consolação. Ref:

Rm 9:20; 2Pe 1:10; Ef 1:6; Lc 10:20; Rm 8:33; 1Ts 1:4; Mt 24:24

CAPÍTULO IV DA CRIAÇÃO

IV.I - Criação do nada.

Ao princípio aprovou a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para a manifestação da glória do seu eterno poder, sabedoria e bondade, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, visíveis ou invisíveis. Ref:

Hb 1:2; Jo 1:2-3; Rm 1:20; Sl 104:24; Jr 10:12; Gn 1:1; At 17:24; Cl 1:16; Êx 20:11

IV.II - Homem, Imago Dei.

Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea¹, com almas racionais e imortais², dotando-os de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem³, tendo a lei de Deus escrita em seus corações⁴ e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável⁵. Além dessa escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal⁶; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus⁷ e tiveram domínio sobre as criaturas⁸. Ref:

1 - Gn 1:27; Gn 2:7

2 - Sl 8:5-6; Gn 2:19-20; Ec 12:7; Mt 10:28; Lc 23:43

3 - Gn 1:26; Cl 3:10; Ef 4:24

4 - Rm 2:14-15

5 - Gn 2:16-17; Gn 3:6; Gn 3:17

6 - Gn 2:16-17

7 - Gn 2:16-17; Gn 3:8; Gn 3:11; Gn 3:23

8 - Gn 1:28; Sl 8:6-8

CAPÍTULO V DA PROVIDÊNCIA

V.I - Governo, direção e manutenção da ordem criada.

Pela sua muito sábia providência¹, segundo a sua infalível presciência² e o livre e imutável conselho da sua própria vontade³, Deus, grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia⁴, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor⁵. Ref:

1 - Pv 15:3; 2Cr 16:9; Sl 145:17; Sl 104:24

2 - At 15:18

3 - Ef 1:11; Sl 33:11

4 - Ef 3:10; Rm 9:17

5 - Ne 9:6; Hb 1:3; Sl 135:6; Mt 10:29-31; Pv 20:24; Dn 2:21; Sl 33:10-11; Dt 32:39; Is 14:24; Sl 103:19

V.II - Deus preordenou a existência das coisas para serem o que são.

Posto que, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente¹, contudo, pela mesma providência, Deus ordena que elas sucedam, necessária, livre ou contingentemente², conforme a natureza das coisas secundárias³. Ref:

1 - At 2:23; At 4:28; 1Pe 1:2; Sl 105:25

2 - Êx 21:13; Gn 1:19-20; 1Rs 22:34; Is 10:6-7

3 - Gn 8:22; Jr 31:35

V.III - Milagres ou interferências miraculosas providentes.

Na sua providência ordinária Deus emprega meios¹; todavia, ele é livre para operar sem eles², sobre eles³ ou contra eles, segundo o seu arbítrio⁴. Ref:

1 - At 27:24; At 27:31; At 27:44; Is 55:10

2 - Os 1:7

3 - Rm 4:19-21

4 - 2Rs 6:6; Dt 3:27; Êx 7:10; Êx 14:21-22

V.IV - As contradições do pecado diante da providência.

A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda¹ e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens², e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios³, sábia e poderosamente os limita⁴, regula e governa em uma múltipla dispensação; mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado nem pode aprová-lo⁵. Ref:

1 - Is 45:7; Cl 1:16; Rm 11:32-33

2 - 2Sm 24:1; 1Cr 21:1; At 4:27-28; Jo 13:27-28; 1Sm 16:14-15; 1Rs 22:20-22; Jz 9:23

3 - Pv 16:4; Lm 3:37; Am 3:6; Êx 14:4; Pv 21:1; Ez 14:9; Ap 17:17; Js 11:20

4 - 2Rs 19:28; Is 10:5-7; Is 10:12; Is 10:15; Is 45:9-11; Rm 9:19-21; Is 43:13

5 - 1Jo 2:16; Sl 50:21; Tg 1:13-14; Ez 14:10-11; Lc 22:22; 2Sm 24:10; Jr 23:25

V.V - Deus usa as tentações.

O mui sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa, por algum tempo, seus filhos entregues a muitas tentações e à corrupção de seus próprios corações, para castigá-los pelos seus pecados anteriores ou fazer-lhes conhecer o poder oculto da corrupção e dolo de seus corações, a fim de que eles sejam humilhados¹; para animá-los a dependerem mais íntima e constantemente do apoio dele e torná-los mais vigilantes contra as futuras ocasiões de pecar, bem como para vários outros fins justos e santos². Ref:

1 - Dt 8:2; 2Cr 32:25; 2Cr 32:31

2 - 2Cr 12:7; Sl 77:1-12; Mc 14:66-72; Jo 21:15-17

V.VI - A situação dos réprobos.

Quanto á aqueles homens malvados e ímpios que Deus, como justo juiz, cega e endurece¹ em razão de pecados anteriores, ele não só lhes recusa a graça pela qual poderiam ser iluminados em seus entendimentos e movidos em seus corações², mas às vezes tira os dons que já possuíam³, e os expõe a objetos que, por sua corrupção, tornam ocasiões de pecado⁴; além disso, os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás⁵; assim, acontece que eles se endurecem sob influências dos meios que Deus emprega para o abrandamento dos outros⁶. Ref:

1 - Rm 1:24; Rm 1:26; Rm 1:28; Rm 11:7-8; 2Ts 2:11-12

2 - Dt 29:4; Mc 4:11-12

3 - Mt 13:12

4 - 2Rs 8:12-13; Sl 92:6-7; Sl 73:18; Dn 12:9-10; Ap 22:11

5 - Sl 81:11-12; 2Ts 2:10-12

6 - Êx 8:15; 2Co 2:15-16; Is 8:4; Êx 7:3; 1Pe 2:7-8; At 28:26-27

V.VII - Providência especial.

Como a providência de Deus se estende, em geral, a todos os crentes, também de um modo especial ele cuida da igreja e tudo dispõe a bem dela. Ref:

Am 9:8-9; Mt 16:18; Rm 8:28; Ef 1:22

CAPÍTULO VI DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DO CASTIGO

VI.I - A queda dos primeiros pais da humanidade.

Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido¹. Segundo o seu sábio e santo conselho, foi Deus servido permitir este pecado deles, havendo determinado ordená-lo para a sua própria glória². Ref:

1 - Gn 3:13; 2Co 11:3

2 - Rm 5:19-21; Rm 5:14

VI.II - A queda da humanidade.

Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus¹, e assim se tornaram mortos em pecado² e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e parte do corpo e da alma³. Ref:

1 - Gn 3:6-8; Gn 2:17

2 - Rm 5:12; Ef 2:3

3 - Gn 6:5; Jr 17:9; Rm 3:10-19; Rm 8:6-8; Sl 58:1-5

VI.III - O pecado original.

Sendo eles (nossos ancestrais primeiros) o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos¹; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária². Ref:

1 - At 17:26; Gn 2:16-17; Rm 5:12; Rm 5:15-19

2 - Sl 51:5; Gn 5:3; Jo 3:6; Rm 3:10-12; Is 48:8

VI.IV - Pecado original fonte dos pecados fatuais.

Desta corrupção original pela qual ficamos totalmente indispostos, adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo mal¹, é que procedem todas as transgressões atuais². Ref:

1 - Rm 5:6; Rm 7:18; Rm 8:7; Cl 1:21; Gn 6:5; Gn 8:21; Rm 3:10-12

2 - Tg 1:14-15; Ef 2:2-3; Mt 15:19

VI.V - A regeneração não elimina o pecado original.

Esta corrupção da natureza persiste, durante esta vida, naqueles que são regenerados¹; e, embora seja ela perdoada e mortificada por Cristo, toda via tanto ela, como os seus impulsos, são real e propriamente pecado². Ref:

1 - Rm 7:14; Rm 7:17-23; Tg 3:2; 1Jo 1:8-10; Pv 20:9

2 - Rm 7:5; Rm 7:7-25

VI.VI - Pecado original, culpa da raça caída.

Todo o pecado, tanto o original como o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrária torna, pela sua própria natureza, culpado o pecador¹ e por essa culpa está ele sujeito à ira de Deus² e à maldição da lei³ e, portanto, exposto à morte⁴, com todas as misérias espirituais, temporais e eternas⁵. Ref:

1 - 1Jo 3:4; Rm 2:15; Rm 3:9-19

2 - Ef 2:3

3 - Gl 3:10

4 - Rm 6:23

5 - Ef 4:18; Rm 1:21-28; Mt 25:41; 2Ts 1:9

CAPÍTULO VII DO PACTO DE DEUS COM O HOMEM

VII.I - O benefício do pacto.

Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto. Ref:

Jó 9:32-33; At 17:24-25; Lc 17:10

VII.II - O pacto de obras.

O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras¹; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e nele à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal². Ref:

1 - Gn 2:16-17; Gl 3:10; Os 6:7; 1Co 15:22; 1Co 15:47

2 - Gn 2:16-17; Rm 5:12-14; Rm 10:5; Lc 10:25-28

VII.III - O pacto da graça.

O homem, tendo se tornado pela queda, incapaz de viver por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça¹; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos²; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer³. Ref:

1 - Mt 26:28; Gl 3:21; Is 42:6; Gn 3:15; Hb 10:5-10

2 - Jo 3:16; At 16:30-31

3 - Jo 3:5-8; Jo 6:37; Jo 6:44; Ez 36:26-27

VII.IV - O Novo Testamento ou Novo Pacto.

Este pacto da graça é freqüentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Novo Testamento, em referência à morte de Cristo, o testador, à perdurável herança, com tudo que lhe pertence, legada neste pacto. Ref:

Hb 9:15-17

VII.V - O pacto da graça do Velho Testamento.

Este pacto no tempo da lei não foi administrado como no tempo do evangelho¹. Sob a lei foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir²; por aquele tempo essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias³ prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a vida eterna: essa dispensação chama-se Velho Testamento⁴. Ref:

1 - Hb 1:1

2 - 2Co 3:6-9; Rm 4:11

3 - Hb 11:13; Jo 8:56; Gl 3:6-8

4 - At 15:11; Gl 3:7-9; Gl 3:14

VII.VI - O pacto da graça no Novo Testamento.

Sob o evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças pelas quais este pacto é dispensado são a pregação da palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor¹; por estas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com maior simplicidade e menor glória externa, o pacto é manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual², a todas as nações, aos judeus bem como aos gentios³. É chamado o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos da graça diferentes em substância, mas um e o mesmo sob várias dispensações⁴. Ref:

1 - Cl 2:17; Mt 28:19-20; 1Co 11:23-25

2 - Hb 8:6-13; 2Co 3:9-11

3 - Ef 2:15-19; Mt 28:19-20

4 - Gl 3:17; Gl 3:29; Cl 2:17; Gl 3:16

CAPÍTULO VIII DE CRISTO, O MEDIADOR

VIII.I - Cristo, o Eterno Salvador.

Aprove a Deus, em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem¹, o Profeta², Sacerdote³ e Rei⁴, o Cabeça e Salvador de sua igreja⁵, o Herdeiro de todas as coisas⁶ e o Juiz do mundo⁷; e deu-lhe desde toda a eternidade um povo para ser sua semente⁸ e para, no tempo devido, ser por remido, chamado, justificado, santificado e glorificado⁹. Ref:

- 1 - Is 42:1; 1Pe 1:19-20; 1Tm 3:5; Jo 3:16
- 2 - Dt 18:15; At 3:20-22
- 3 - Hb 5:5-6
- 4 - Is 9:6-7; Sl2:6
- 5 - Lc 1:33; Ef 5:23
- 6 - Hb 1:2
- 7 - At 17:31; 2Co 5:10
- 8 - Jo 17:6; Ef 1:4; Jo 6:37-39; Is 53:10
- 9 - 1Tm 2:5-6; 1Co 1:30; Rm 8:30; Mc 10:45

VIII.II - A dupla natureza do Filho de Deus.

O Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana¹ com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado², sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da virgem Maria e da substância dela³. As duas naturezas, inteiras, perfeitas e distintas - a divindade e a humanidade - foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão, composição ou confusão⁴; essa pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem⁵. Ref:

- 1 - Jo 1:1; Jo 1:14; 1Jo 5:20; Fp 2:6; Gl 4:4
- 2 - Hb 2:17; Hb 4:15
- 3 - Lc 1:26-27; Lc 1:31; Lc 1:35
- 4 - Cl 2:9; Rm 9:5
- 5 - Rm 1:3-4; 1Tm 2:5

VIII.III - O Mediador perfeito.

O Senhor Jesus, em sua natureza humana unida à divina, foi santificado e, sem medida, ungido com o Espírito Santo¹, tendo em si todos os tesouros de sabedoria e ciência². Aprove ao Pai que nele habitasse toda plenitude³, a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade, estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador⁴. Este ofício ele não o tomou para si, mas para ele foi chamado pelo Pai⁵, que lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo e lhe ordenou que os exercesse⁶. Ref:

- 1 - Lc 4:18-21; At 10:38
- 2 - Cl 2:3; Cl 2:17
- 3 - Cl 1:9
- 4 - Hb 7:26; Jo 1:14
- 5 - Hb 5:4-5
- 6 - Jo 5:22; Jo 5:27; Mt 28:18

VIII.IV - Voluntariedade, humilhação e exaltação.

Este ofício o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente¹. Para que pudesse exercê-lo, foi feito sujeito à lei², que ele cumpriu perfeitamente³; padeceu imediatamente em sua alma⁴ os mais cruéis tormentos e em seu corpo os mais penosos sofrimentos⁵; foi crucificado e morreu⁶; foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu a corrupção⁷; ao terceiro dia ressuscitou dos mortos⁸ com o mesmo corpo com que tinha padecido⁹; com esse corpo subiu ao céu, onde está sentado à destra do Pai¹⁰, fazendo intercessão¹¹; de lá voltará no fim do mundo para julgar os homens e os anjos¹². Ref:

01 - Sl 40:7-8; Fp 2:5-8

02 - Gl 4:4

03 - Mt 3:15; Jo 17:4

04 - Mt 26:37-38; Lc 22:44; Mt 27:46

05 - Mt 26:2; Mt 26:37-9; Mt 26:67-68; Mt 27:22-23; Mt 27:25-50

06 - Fp 2:8

07 - At 2:24; At 2:27; At 13:37

08 - 1Co 15:4

09 - Jo 20:25-27

10 - Lc 24:50-51; At 1:9; At 2:33-36

11 - Rm 8:34; Hb 7:25

12 - At 10:42; Mt 13:40-42; Mt 16:27; Mt 25:31-33; 2Tm 4:1

VIII.V - A eterna redenção em Cristo.

O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que pelo eterno Espírito, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfaz plenamente à justiça do Pai¹. e para todos aqueles que o Pai lhe deu adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no reino dos céus². Ref:

1 - Rm 5:19; Hb 9:14; Rm 3:25-26; Hb 10:14; Ef 5:2

2 - Ef 1:1; Jo 17:2; Hb 9:12; Hb 9:15

VIII.VI - Cristo, o Salvador de todos os eleitos em todos os tempos.

Ainda que a obra da redenção não foi realmente cumprida por Cristo senão depois da sua ressurreição; contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela, em todas as épocas sucessivamente desde o princípio do mundo, foram comunicados aos eleitos naquelas promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais ele foi revelado e significado como a semente da mulher, que devia esmagar a cabeça da serpente, como o cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo o mesmo ontem, hoje e para sempre. Ref:

Gn 3:15; Gl 4:5; Gl 3:24

VIII .VII - As naturezas de Cristo.

Cristo, na obra da mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada natureza o que lhe é próprio¹; contudo, em razão da unidade da pessoa, o que é próprio de uma natureza é às vezes, na Escritura, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza². Ref:

1 - 1Pe 3:18; Hb 9:14; Jo 10:17-18

2 - At 20:28; Jo 3:13; 1Jo 3:16

VIII.VIII - Como a graça nos atinge.

Cristo, com toda a certeza e eficazmente, aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele a adquiriu¹. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles² e revelando-lhes na palavra e pela palavra os mistérios da salvação³, persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e a obedecer, dirigindo os corações deles pela sua palavra e pelo seu onipotente poder e sabedoria⁴, da maneira e pelos meios mais adequados à sua admirável e inescrutável dispensação⁵. Ref:

1 - Jo 6:37-39; Jo 10:16

2 - 1Jo 2:1; Rm 8:34

3 - Jo 15:15; Jo 17:6; Gl 1:11-12; Ef 1:7-9

4 - Rm 8:9; Rm 8:14; Tt 3:4-5; Rm 15:18-19; Jo 17:17

5 - Sl 110:1; 1Co 15:25-26; Mt 4:2-3; Cl 2:15

CAPÍTULO IX DO LIVRE ARBÍTRIO

IX.I - O livre arbítrio e as contingências.

Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade, que ele nem é forçado para o bem ou para o mal, nem a isso é determinado por qualquer necessidade absoluta da sua natureza. Ref:

Dt 30:19; Jo 7:17; Ap 22:17; Tg 1:14; Jo 5:14; Jo 5:40; Mt 17:12; At 7:51

IX.II - Adão, livre, mas propenso à queda.

O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus¹, mas mudavelmente, de sorte que pudesse decair dessa liberdade e poder². Ref:

1 - Gn 1:26

2 - Gn 2:16-17; Gn 3:6; Ec 7:29

IX.III - O homem depravado, sem o livre arbítrio.

O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação¹, de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse bem² e morto no pecado³, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso⁴. Ref:

1 - Rm 5:6; Rm 8:7-8; Jo 15:5; 1Co 2:14; Jó 14:4; Jo 8:43; 2Co 4:4; Pv 4:19

2 - Rm 3:9-23; Sl 14:1-3; Gn 6:5; Is 64:6; Ef 4:18; Sl 58:1-5; 2Tm 3:13; Ef 2:2; Rm 9:29; Ec 9:3; Jr 17:9; 2Ts 2:7; Is 1:5-6; Os 5:4

3 - Ef 2:1-5; Cl 2:13; Mt 8:22

4 - Jo 6:44; Jo 6:65; 1Co 2:14; Tt 3:3-5; Rm 8:7-8

IX.IV - Salvação, obra exclusiva de Deus.

Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta da sua natural escravidão ao pecado e, somente pela sua graça, o habilita a querer e fazer com toda a liberdade o que é espiritualmente bom¹, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção, que ainda nele existente, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau². Ref:

1 - Cl 1:13; Jo 8:34-36; Fp 2:13; Rm 6:18-22; 2Co 4:6-7

2 - Gl 5:17; Rm 7:15; Rm 7:21-23; 1Jo 1:8-10

IX.V - Vontade livre no estado de glória.

É no estado de glória¹ que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem só². Ref:

1 - 1Jo 3:2; Jd 1:24; Sl 17:15; Ef 4:13

2 - Ap 22:3-4

CAPÍTULO X DA VOCAÇÃO EFICAZ

X.I - Deus chama eficazmente os eleitos.

Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua palavra e pelo seu Espírito; tirando-os por Jesus Cristo daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transportando-os para a graça e salvação¹. Isto ele o faz, iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as coisas de Deus para a salvação², tirando-lhes os corações de pedra e dando-lhes corações de carne³, renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom⁴ e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo⁵, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça⁶. Ref:

1 - Rm 11:7; Rm 8:30; 2Ts 2:13-14; Rm 8:2; 2Tm 1:9-10

2 - At 26:18; 1Co 2:12-13; 1Co 2:13; Is 43:12; Is 42:7-8; 2Co 3:5

3 - Ez 36:26; 1Rs 18:36-39; Jr 31:18

4 - Ez 11:19-20; Ez 36:27; Fp 2:13; Dt 30:6; Ef 1:18-19; Is 45:5; Hb 8:10; Jr 31:33

5 - Jo 6:44-46

6 - Jo 6:37; Sl 110:3

X.II - A incondicional vocação eficaz.

Esta vocação eficaz é só da livre e especial graça de Deus e não provém de qualquer coisa prevista no homem¹; na vocação o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo², fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada³. Ref:

1 - 2Tm 1:9; Tt 3:4-5; Rm 9:11

2 - 1Co 2:14; Rm 8:7-9; Ef 2:5

3 - Jo 6:37; Ez 36:27; Jo 5:25

IX.III - Sobre a salvação das crianças.

As crianças que morrem na infância, sendo eleitas, são regeneradas e por Cristo salvas, por meio do Espírito Santo, que opera quando, onde e como quer. Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da palavra. Ref:

Gn 17:7; Lc 18:15-16; At 2:39; Jo 3:8; Sl 105:8-10; Jo 1:13; Rm 8:16; Lc 1:41-44; Sl 22:9-10; Is 35:8

X.IV - Sobre os não eleitos.

Os não eleitos, posto que sejam chamados pelo ministério da palavra e tenham algumas das operações comuns do Espírito, contudo não se chegam nunca a Cristo e portanto não podem ser salvos¹; muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio os que não professam a religião cristã², por mais diligentes que sejam em conformar as suas vidas com a luz da natureza e com a lei da religião que professam; o asseverar e manter que podem é muito pernicioso e detestável³. Ref:

- 1 - Mt 22:14; Mt 13:20-24; Jo 6:64-66; Jo 8:24; 1Jo 2:19; Hb 6:4-6; 2Pe 2:19-22
2 - At 4:12; Jo 14:6; Jo 17:3
3 - 2Jo 1:9-11; 1Tm 1:10; 2Pe 2:1; 2Pe 3:16; Mt 15:6-11; Jd 1:12-13; Jo 7:17-18

CAPÍTULO XI DA JUSTIFICAÇÃO

XI.I - A justiça que vem da fé.

Os que Deus chama eficazmente, também livremente justifica¹. Esta justificação não consiste em Deus infundir nos justificados a justiça, mas em perdoar os seus pecados e em considerar e aceitar as suas pessoas como justas. Deus não os justifica em razão de qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas somente em consideração da obra de Cristo; não lhes imputando como justiça a própria fé, o ato de crer ou qualquer outro ato de obediência evangélica, mas imputando-lhes a obediência e a satisfação de Cristo², quando eles o recebem e se firmam nele pela fé, que não têm em si mesmos, mas é dom de Deus³. Ref:

- 1 - Rm 8:30; Rm 3:24
2 - 2Co 5:19-21; Tt 3:5-7; Ef 1:7; Jr 23:6; Rm 3:22-28; 1Co 1:30-31; Is 46:13; Sl 119:40; Is 4:4; Rm 4:5-8; Rm 5:17
3 - Ef 2:8; Fp 3:9; 1Co 12:3

XI.II - A justificação pela fé.

A fé, assim recebendo e assim se firmando em Cristo e na justiça dele, é o único instrumento de justificação¹; ela, contudo não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as outras graças salvadoras; não é uma fé morta, mas opera por amor². Ref:

- 1 - Jo 1:12; Rm 3:28; Rm 5:1; Gl 3:10-12; Gl 5:4-5; Rm 10:3; Rm 9:30
2 - Tg 2:15-22; Gl 5:6

XI.III - A salvação vem de Cristo.

Cristo, por meio de sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos os que são justificados, e, em lugar deles¹, fez a seu Pai uma satisfação própria, real e plena. Contudo, como Cristo foi pelo Pai dado em favor deles² e como a obediência e a satisfação dele foram aceitas em lugar deles³, ambas livremente e não por qualquer coisa neles existente, a justificação deles é só da livre graça⁴, a fim de que tanto a justiça restrita como a abundante graça de Deus sejam glorificadas na justificação dos pecadores⁵. Ref:

- 1 - Rm 5:8-10; Rm 5:19; 1Co 15:3; 2Co 5:21; 1Pe 2:24; 1Pe 3:18; Hb 10:10; Hb 10:14; Is 53:11
2 - Rm 8:32; Jo 3:16
3 - 2Co 5:21; Is 53:6
4 - Rm 3:24; Rm 6:23; Ef 1:7; Ef 2:6-9; Is 43:25
5 - Rm 3:23; Ef 2:7

XI.IV - A justificação dos eleitos.

Deus desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos¹; e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles²; contudo, eles não são justificados até que o Espírito Santo, no tempo próprio, não lhes aplica de fato os méritos de Cristo³. Ref:

- 1 - Rm 8:30; Ap 13:8
2 - Gl 4:4; 1Tm 2:6; Rm 4:25
3 - Jo 3:5; Jo 3:18; Jo 3:36; Gl 2:16; Tt 3:4; Tt 3:7

XI.V - Justificados, mas pecadores.

Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados¹. Embora eles nunca poderão decair do estado de justificação², poderão, contudo, incorrer no paternal desgosto de Deus. e ficar privados da luz do seu rosto, até que se humilhem, confessem os seus pecados, peçam perdão e renovem a sua fé e o seu arrependimento³. Ref:

1 - Mt 6:12; 1Jo 1:7-9; 1Jo 2:1-2

2 - Lc 22:32; Jo 10:28; Hb 10:14; Fp 1:6; 1Jo 2:19

3 - Sl 89:31-33; Sl 32:5; Mt 26:26; Mt 26:75; Sl 51:7-12; 1Co 11:30-32

XI.VI - Justificação no Velho e no Novo Testamento.

A justificação dos crentes sob o Velho Testamento era, em todos estes respeito, a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento. Ref:

Hb 11:13; Jo 8:56; At 15:11; Rm 3:30

CAPÍTULO XII DA ADOÇÃO

XII.I - Filhos de Deus por adoção.

Todos os que são justificados é Deus servido, em seu único Filho Jesus Cristo e por ele, fazer participantes da graça da adoção¹. Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam a liberdade e privilégios deles²; têm sobre si o nome dele³, recebem o espírito de adoção⁴, têm acesso com confiança ao trono da graça⁵ e são habilitados a clamar: Abba, Pai⁶; são tratados com comiseração⁷, protegidos⁸, providos⁹ e por ele corrigidos, como por um pai¹⁰; nunca, porém, abandonados¹¹, mas selados para o dia da redenção¹², e herdam as promessas¹³, como herdeiros da eterna salvação¹⁴. Ref:

01 - Ef 1:5; Gl 4:4-5

02 - Jo 1:12; Rm 8:17

03 - Ap 3:12

04 - Rm 8:15

05 - Ef 3:12; Hb 4:16

06 - Gl 4:6

07 - Sl 103:13

08 - Pv 24:26; Sl 27:1-3

09 - Mt 6:30-32; 1Pe 5:7

10 - Hb 12:6

11 - Lm 3:31; Hb 13:5

12 - Ef 4:30

13 - Hb 6:12

14 - 1Pe 1:4; Hb 1:14

CAPÍTULO XIII DA SANTIFICAÇÃO

XIII.I - Deus santifica seus eleitos.

Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo criado em si um novo coração e um novo espírito, são, além disso, santificados real e pessoalmente pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, pela sua palavra e pelo seu Espírito, que neles habita¹; o domínio do corpo do pecado neles todo destruído², as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas³, e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadoras⁴, para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá a Deus⁵. Ref:

1 - At 20:32; Rm 6:5-6; Jo 17:17; Ef 5:26; 2Ts 2:13

2 - Rm 6:6; Rm 6:14

3 - Rm 8:13; Gl 5:24; Cl 3:5

4 - Cl 1:11; 2Pe 3:13-14

5 - 2Co 7:1; Hb 12:14

XIII.II - Homem, ser psicossomático.

Esta santificação é no homem todo¹, porém, imperfeita nesta vida; ainda persistem em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável: a carne lutando contra o espírito e o espírito contra a carne². Ref:

1 - 1Ts 5:23

2 - 1Jo 1:10; Fl 3:12; Gl 5:17; 1Pe 2:11; Rm 7:19-23

XIII.III - O socorro do Espírito Santificador.

Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que permanecem¹, contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador, o Espírito de Cristo, a parte regenerada do homem novo vence², e assim os santos crescem em graça³, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus⁴. Ref:

1 - Rm 7:23

2 - Rm 6:14; 1Jo 5:4; Ef 4:15-16

3 - 2Pe 3:18; 2Co 3:18

4 - 2Co 7:1

CAPÍTULO XIV DA FÉ SALVADORA

XIV.I - Fé, dom da graça.

A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação das suas almas, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles¹, e é ordinariamente operada pelo ministério da palavra²; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida³. Ref:

1 - Ef 2:8; Hb 12:2; Lc 18:8; 2Ts 3:2; Tt 1:1; Jd 1:3; 2Pe 1:3; 1Co 12:9-11; Rm 12:3; 1Co 4:7; Jo 3:27

2 - Rm 10:14-15

3 - 1Pe 2:2; At 2:32; Mt 28:19; 1Co 11:23; 1Co 11:29; 2Co 12:8-10

XIV.II - Fé e revelação.

Por esta fé o cristão, segundo a autoridade do mesmo Deus que fala em sua palavra, crê ser verdade tudo quanto nela é revelado, e age de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, prestando obediência aos mandamentos, tremendo às ameaças e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a futura; porém, os principais atos de fé salvadora são: aceitar e receber a Cristo e firmar-se só nele para a justificação, santificação e vida eterna; isto em virtude do pacto da graça. Ref:

1Ts 2:13; 1Jo 5:10; At 24:14

XIV.III - A fé vitoriosa.

Esta fé é de diferentes graus; é fraca ou forte¹, pode ser muitas vezes e de muitas maneiras assaltada e enfraquecida, mas sempre alcança a vitória², atingindo em muitos a uma perfeita segurança em Cristo³, que é não somente o autor, mas também o consumidor da fé⁴. Ref:

1 - Mt 6:30; Mt 8:10; Rm 4:19-20

2 - Lc 22:31-32; 1Co 10:13

3 - Hb 6:11-12; Hb 10:22; 2Tm 1:12

4 - Hb 12:2

CAPÍTULO XV DO ARREPENDIMENTO PARA A VIDA

XV.I - A graça do arrependimento.

O arrependimento para a vida é uma graça evangélica¹, cuja doutrina deve ser tão pregada por todo ministro do evangelho como a da fé em Cristo². Ref:

1 - At 11:18; 2Tm 2:25; Rm 2:4; Hb 12:16-17; 2Co 7:10

2 - Lc 24:47; Mc 1:15; At 20:21; Mt 3:8; 2Co 2:10; Lc 5:32; Lc 15:7

XV.II - Arrependimento e retorno a Deus.

Movido pelo reconhecimento e sentimento, não só do perigo, mas também da impureza e odiosidade do pecado como contrários à santa natureza e justa lei de Deus; apreendendo a misericórdia divina manifestada em Cristo aos que são penitentes, o pecador, pelo arrependimento, de tal maneira sente e aborrece os seus pecados que, deixando-os, se volta para Deus¹, tencionando e procurando andar com ele em todos os caminhos dos seus mandamentos². Ref:

1 - Ez 18:30-31; Ez 36:31; Sl 51:4; Jr 31:18-19; 2Co 7:11

2 - Sl 119:6; Sl 119:59; Sl 119:106; Mt 21:28-29; Jo 14:23

XV.III - Do arrependimento ao perdão.

Ainda que não devemos confiar no arrependimento como sendo de algum modo uma satisfação pelo pecado ou em qualquer sentido a causa do perdão dele¹, o que é ato da livre graça de Deus em Cristo², contudo, ele é de tal modo necessário aos pecadores, que sem ele ninguém poderá esperar o perdão³. Ref:

1 - Tt 3:5; At 5:31

2 - Rm 3:24; Ef 1:7

3 - Lc 13:3-5; At 17:30

XV.IV - Pecado pequeno e pecado grande.

Como não há pecado tão pequeno que não mereça a condenação¹, assim também não existe pecado tão grande que possa trazer condenação sobre os que se arrependem verdadeiramente². Ref:

1 - Rm 6:23; Tg 2:10

2 - Is 55:7; Rm 8:1; Is 1:18

XV.V - Arrependimento pessoal.

Os homens não devem se contentar com um arrependimento geral, mas é dever de todos procurar arrepender-se particularmente de cada um dos seus pecados. Ref:

Sl 19:13; Lc 19:8; 1Tm 1:13-15

XV.VI - Arrependimento da igreja.

Como todo homem é obrigado a fazer a Deus confissão particular das suas faltas, pedindo-lhe o perdão delas¹; o que, feito, achará misericórdia², se deixar os seus pecados, assim também aquele que escandaliza a seu irmão ou a igreja de Cristo, deve estar pronto, por uma confissão particular ou pública do seu pecado e do pesar que por ele sente, a declarar o seu arrependimento aos que estão ofendidos³; isto feito, estes devem reconciliar-se com ele e recebê-lo em amor⁴. Ref:

1 - Sl 32:5-6; Sl 51:4-5; Sl 51:9-10

2 - Pv 28:13; 1Jo 1:9

3 - Tg 5:18; Lc 17:3-4; Js 7:19

4 - 2Co 2:7-8; Gl 6:1-2

CAPÍTULO XVI DAS BOAS OBRAS

XVI.I - Boas obras, segundo as escrituras.

Boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa palavra¹, não as que, sem autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos de um zelo cego ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção². Ref:

1 - Dt 12:32; Sl 119:9; Mt 28:20; Lc 10:25-26; 2Pe 1:19

2 - Mt 15:9; Is 29:13; Jo 16:2; 1Sm 15:22-23; Cl 2:20-23

XVI.II - Crente para boas obras, não crente por boas obras.

Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são o fruto e as evidências de uma fé viva e verdadeira¹; por elas os crentes manifestam a sua gratidão², robustecem a sua confiança³, edificam os seus irmãos⁴, adornam a profissão do evangelho⁵, tapam a boca dos adversários⁶ e glorificam a Deus⁷ cuja feitura são, criados em Jesus Cristo para isso mesmo⁸, a fim de que, tendo o seu fruto em santificação, tenham no fim a vida eterna⁹. Ref:

1 - Tg 2:18; Tg 2:22

2 - Sl 116:12-13; Cl 3:17; 1Cr 29:6-9

3 - 1Jo 2:3-5; 2Pe 1:5-10

4 - 2Co 9:2; Mt 5:16

5 - Tt 2:5; 1Tm 1:6; Tt 2:9-12

6 - 1Pe 2:15

7 - 1Pe 2:12; Fp 1:11; Jo 15:8

- 8 - Ef 2:10
9 - Rm 6:22

XVI.III - O poder de fazer boas obras.

O poder de fazer boas obras não é de modo algum dos próprios fiéis, mas provém inteiramente do Espírito de Cristo¹. A fim de que sejam para isso habilitados, é necessário, além da graça que já receberam, uma influência positiva do mesmo Espírito Santo para obrar neles o querer e o perfazer segundo o seu beneplácito²; contudo, não devem por isso tornar-se negligentes, como se não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos especialmente pelo Espírito, mas devem esforçar-se por estimular a graça de Deus que há neles³. Ref:

- 1 - Jo 15:5-6; Ez 36:26-27
2 - Fp 2:13; Fp 4:13; 2Co 3:5; Cl 1:29
3 - Fp 2:12; Hb 6:11-12; Is 64:7; 2Pe 1:3; 2Pe 1:5; 2Pe 1:10-11; 2Tm 1:6; Jd 1:20-21

XVI.IV - A imperfeição das boas obras.

Os que alcançam, pela obediência, a maior perfeição possível nesta vida estão longe de exceder as suas obrigações e fazer mais do que Deus requer, e são deficientes em muitos dos deveres que são obrigados a fazer. Ref:

Gl 5:17; Rm 7:14-25

XVI.V - As boas obras não são meritórias.

Não podemos, pelas nossas melhores obras, merecer da mão de Deus perdão de pecado ou a vida eterna, porque é grande a desproporção que há entre eles e a glória porvir, e infinita a distância que vai de nós a Deus, a quem não podemos ser úteis por meio delas, nem satisfazer pela dívida dos nossos pecados anteriores¹; e porque, como boas, procedem do seu Espírito² e, como nossas, são impuras e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do juízo de Deus³; assim, depois que tivermos feito tudo quanto podemos, temos cumprido tão somente o nosso dever, e somos servos inúteis⁴. Ref:

- 1 - Rm 3:20; Rm 4:2-6; Ef 2:8-9; Tt 3:5-7; Rm 8:18
2 - Gl 5:22-23;
3 - Is 64:6; Sl 143:2; Gl 5:17; Rm 7:15; Rm 7:21-23
4 - Lc 17:10

XVI.VI - Deus aceita as obras dos regenerados na pessoa do Regenerador.

Não obstante o que havemos dito, sendo aceitas por meio de Cristo as pessoas dos crentes, também são aceitas por ele¹ as boas obras, não como se fossem, nesta vida, inteiramente puras e irrepreensíveis à vista de Deus², mas porque Deus, considerando-as em seu filho, é servido aceitar e recompensar aquilo que é sincero, embora seja acompanhada de muitas fraquezas e imperfeições³. Ref.:

- 1 - Ef 1:6; 1Pe 2:5; Gl 4:4; Hb 11:4
2 - 1Co 4:3-4; Sl 143:2
3 - 2Co 8:12; Hb 6:10

XVI.VII - Obra dos irregenerados.

As obras feitas pelos não-regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a eles mesmos quanto aos outros¹, contudo, porque procedem de corações não justificados pela fé², não são feitas devidamente, segundo a palavra³; nem para um fim justo-a glória de Deus⁴; são, portanto, pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus⁵; não obstante, o negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus⁶. Ref:

1 - 2Rs 10:30-31; Fp 1:15-18

2 - Hb 11:4-6; Gn 4:3-5

3 - 1Co 13:3; Is 1:12

4 - Mt 6:2; Mt 6:5; Mt 6:16; Rm 14:23

5 - Tt 1:15; Pv 15:8; Pv 28:9

6 - Mt 25:24-28; Mt 25:41-45

CAPÍTULO XVII DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

XVII.I - Deus não perde os seus redimidos.

Os que Deus aceitou em seu Filho amado, que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado da graça nem total, nem finalmente; mas, com toda certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos. Ref:

Fp 1:6; Jo 10:28-29; 1Pe 1:5; 1Pe 1:9; Jr 32:40; 1Jo 3:9

XVII.II - Nossa fortaleza é Deus.

Esta perseverança dos santos não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai¹, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo², da permanência do Espírito e da semente de Deus neles³, da natureza do pacto da graça⁴; de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade⁵. Ref:

1 - Rm 11:28-29; 2Tm 2:9; Jr 31:3; Ef 1:4; Jo 13:1; Rm 8:35-39

2 - Hb 10:10; Hb 10:14; Jo 17:11; Jo 17:24; Hb 7:25; Hb 9:12-25

3 - Jo 14:16-17; 1Jo 2:19; 1Jo 3:9

4 - Jr 32:40; Hb 12:10-12

5 - 2Ts 3:3; 1Jo 2:19; Jo 10:28; 1Ts 5:23-24; Hb 6:17-20; Sl 37:28; Jd 1:1

XVII.III - A possível queda temporária do salvo.

Eles [os santos], porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e por algum tempo continuar neles¹; e assim incorrerem no desagrado de Deus², entristecerem o seu Santo Espírito³ e, de algum modo, venham a ser privados das suas graças e confortos⁴; tenham os corações endurecidos⁵ e as suas consciências feridas⁶; prejudiquem e escandalizem os outros,⁷ e atraiam sobre si juízos temporais⁸. Ref:

1 - Mt 26:70-74; 2Sm 11:3-5

2 - Is 64:7-9; 2Sm 11:27

3 - Ef 4:30

4 - Sl 51:8-9; Ap 2:4

5 - Mc 6:52; Sl 95:8

6 - Sl 32:3-4; Sl 51:8

- 7 - 2Sm 12:14; Ez 16:54
8 - 2Sm 12:10; Sl 89:31-32

CAPÍTULO XVIII DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

XVIII.I - A verdadeira certeza dos crentes.

Ainda que os hipócritas e outros não regenerados podem iludir-se vãmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de salvação¹, esperança essa que perecerá²; contudo, os que verdadeiramente crêem no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça³ e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, nessa esperança que nunca os envergonhará⁴. Ref:

- 1 - Dt 29:19; Jo 8:41
2 - Mt 7:22
3 - 2Tm 1:12; 1Jo 2:3; 1Jo 5:13; 1Jo 3:14; 1Jo 3:18-21; 1Jo 3:24
4 - Rm 5:2; Rm 5:7

XVIII.II - Sinais de nossa eleição.

Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, mas uma segurança infalível da fé¹, fundada na divina verdade das promessas de salvação², na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas³, no testemunho do Espírito de adoção, que testifica com nossos espíritos sermos filhos de Deus⁴, testemunho desse Espírito, que é o penhor de nossa herança e por quem somos selados para o dia da redenção⁵. Ref:

- 1 - Hb 6:11-12
2 - Hb 6:17-20; 2Pe 1:4-5
3 - 2Pe 1:10-11; 1Jo 3:14

XVIII.III - A certeza leva o salvo a atitudes confirmadoras.

Esta segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé, que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades¹; contudo, sendo pelo Espírito Santo habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode alcançá-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários². É, pois, dever de todo o fiel fazer toda a diligência para tornar certas a sua vocação e eleição, a fim de que por esse modo seja o seu coração, no Espírito Santo, confirmado em paz e gozo, em amor e gratidão para com Deus, em firmeza e alegria nos deveres da obediência, que são os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência³. Ref:

- 1 - Is 1:10; 1Jo 5:13
2 - 1Co 2:12; 1Jo 4:13
3 - 2Pe 1:10; Rm 6:1-2; Tt 2:11-14

XVIII.IV - O possível abalo da certeza.

Por diversos modos podem os crentes ter a sua segurança de salvação abalada, diminuída e interrompida: negligenciando a conservação dela, caindo em algum pecado especial, que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, cedendo a fortes e repentinas tentações, retirando Deus a luz do seu rosto e permitindo que andem em trevas e não tenham luz, mesmo os que temem¹; contudo, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; dessas bênçãos a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito², e por meio delas eles são, no entanto, suportados para não caírem no desespero absoluto³. Ref:

1 - Sl 51:8; Sl 51:12; Sl 51:14; Ef 4:30; Sl 77:1-10

2 - Jo 3:9; Lc 22:32; Sl 51:8; Sl 51:12

3 - Mq 7:7-9

CAPÍTULO XIX DA LEI DE DEUS

XIX.I - O pacto de obras.

Deus deu a Adão uma lei como um pacto de obras. Por este pacto, Deus o obrigou, bem como toda sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; promete-lhe a vida sob a condição dele cumprir a lei e o ameaçou com a morte no caso dele violá-la; e dotou-o com o poder e capacidade de guardá-la. Ref:

Gl 3:12; Os 6:7; Gn 2:16-17; Rm 5:12-14; Lc 10:25-28; Gn 1:26; Dt 30:19; Tg 1:14; Tg 2:8-9; Rm 3:19; Dt 10:4

XIX.II - A permanência da lei.

Essa lei, depois da queda do homem, continuou a ser uma perfeita regra de justiça. Como tal, foi por Deus entregue no monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas; os primeiros quatro mandamentos ensinam os nossos deveres para com Deus, e os seis, os nossos deveres para com o homem. Ref:

Mt 22:37-40; Êx 20:1-17

XIX.III - Leis cerimoniais.

Além dessa lei, geralmente chamada lei moral, foi Deus servido dar ao seu povo de Israel, considerando uma igreja sob tutela, leis cerimoniais que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis, que em parte se referem ao culto e prefiguram Cristo, as suas graças, os seus atos, os seus sofrimentos e os seus benefícios¹, e em parte representam várias instruções de deveres morais², estão todas ab-rogadas sob o Novo Testamento³. Ref:

1 - Hb 10:1; Gl 4:1; Cl 2:17

2 - Lv 5:1-6; Lv 6:1-7

3 - Mc 7:18-19; Gl 2:4; Cl 2:16-17; Ef 2:15-16

XIX.IV - Conteúdo teocrático da lei mosaica.

A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus deu leis civis que terminaram com aquela nacionalidade, e que agora não obrigam além do que exige a sua equidade geral. Ref:

Gn 49:10; Mt 5:38-39; Êx 21; Êx 22:1-19

XIX.V - A universalidade da lei moral.

A lei moral obriga para sempre a todos a prestar-lhe obediência, tanto as pessoas justificadas como as outras, e isto não somente quanto à matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o criador, que a deu¹. Cristo, no evangelho, não desfaz de modo algum esta obrigação, antes a confirma². Ref:

1 - Rm 13:8-9; 1Jo 2:3-4; 1Jo 2:7; Rm 3:31; Rm 6:15

2 - Tg 2:8; Mt 5:18-19

XIX.VI - A lei condena; Cristo resgata.

Embora os verdadeiros crentes não estejam sob a lei como um pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados¹, contudo ela serve de grande proveito, tanto a eles como aos demais. Como regra de vida, ela lhes informa da vontade de Deus e do dever que eles têm; ela os dirige e os obriga a andar segundo a retidão²; descobre-lhes também as pecaminosas poluições da sua natureza, dos seus corações e das suas vidas³, de maneira que eles, examinando-se por meio dela, alcançam mais profundas convicções do pecado, maior humilhação por causa deles e maior aversão a eles⁴, e ao mesmo tempo lhes dá uma melhor apreciação da necessidade que têm de Cristo e da perfeição da obediência a ele⁵. Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua corrupção, pois proíbe o pecado⁶; as suas ameaças servem para mostrar o que merecem os seus pecados e quais as aflições que por causa deles devem esperar nesta vida, ainda que sejam livres da maldição ameaçada da lei⁷. Do mesmo modo as suas promessas mostram que Deus aprova a obediência deles e que bênção podem esperar, obedecendo⁸, ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei considerada como pacto das obras - assim o fazer um homem o bem ou o evitar ele o mal, porque a lei anima aquilo e proíbe isto, não é prova de estar ele debaixo da lei e não debaixo da graça⁹. Ref:

1 - Rm 6:14; Gl 4:4-5; At 13:39

2 - Rm 7:12; Sl 119:5; Gl 5:14; Gl 5:18; Gl 5:22-23; 1Co 7:19

3 - Rm 7:7; Rm 3:20

4 - Rm 7:9; Rm 7:14; Rm 7:24

5 - Gl 3:24; Rm 8:3-4; Rm 7:24-25

6 - Tg 2:11; Sl 119:128

7 - Ed 9:13-14; Sl 89:30-34

8 - Sl 36:11; Sl 119:11; Ef 6:2; Mt 5:5

9 - Rm 6:12-14; Hb 12:28-29; 1Pe 4:3; 1Pe 4:8-12

CAPÍTULO XX

DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

XX.I - A liberdade da consciência.

A liberdade que Cristo, sob o evangelho, comprou para os crentes consiste em serem eles libertos do delito do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral¹ e em serem livres do poder deste mundo, do cativo de Satanás, do domínio do pecado², do mal das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna³; como também em terem livre acesso a Deus⁴, em lhe prestarem obediência, não motivados de um medo servil, mas de amor filial e espírito voluntário⁵. Todos estes privilégios eram comuns também aos crentes debaixo da lei⁶, mas sob o evangelho, a liberdade dos cristãos está mais ampliada, achando-se eles isentos do jugo da lei cerimonial a que estava sujeita a igreja judaica⁷, e tendo maior confiança de acesso ao trono da graça⁸ e mais abundantes comunicações do Espírito de Deus, do que os crentes debaixo da lei ordinariamente alcançavam⁹. Ref:

- 1 - Tt 2:14; 1Ts 1:10
- 2 - Gl 1:4; At 26:18; Cl 1:13; Rm 6:4
- 3 - Sl 119:17; 1Co 15:56-57
- 4 - Ef 2:18
- 5 - Rm 8:14-15; Gl 4:6; Hb 10:19; 1Jo 4:18
- 6 - Gl 3:9; Gl 3:14
- 7 - Gl 5:1; At 15:10; Gl 4:1; Gl 4:3; Gl 4:6
- 8 - Hb 4:14-16; Hb 10:19
- 9 - Jo 7:38-39; 2Co 3:13; 2Co 3:17-18

XX.II - O imperativo da consciência.

Só Deus é Senhor da consciência, e a deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que, em qualquer coisa, sejam contrários à sua palavra, ou que, em matéria de fé ou de culto, estejam fora dela¹. Assim, crer em tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos, por motivo de consciência, é trair a verdadeira liberdade de consciência²; é requerer para eles fé implícita e obediência cega e absoluta; é destruir a liberdade de consciência e a própria razão³. Ref:

- 1 - Rm 14:4; At 4:19; At 5:29; 1Co 7:23; 2Co 1:24; Mt 15:9
- 2 - Gl 2:3-4; Cl 2:20-23; Gl 5:1
- 3 - Os 5:11; Ap 13:12; Ap 13:16-17

XX.III - Liberdade para obedecer e servir.

Aqueles que, sob pretexto de liberdade cristã, cometem qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, destroem, por isso mesmo, o fim da liberdade cristã; o fim da liberdade é que, sendo livres das mãos dos nossos inimigos, sem medo sirvamos ao Senhor em santidade e justiça diante dele todos os dias da nossa vida. Ref:

- Rm 6:15; Gl 5:13; Jo 8:34; 2Pe 3:15; 1Pe 2:16

XX.IV - Liberdade para submissão às ordenanças.

Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros; resistem à ordenação de Deus os que, sob pretexto de liberdade cristã, opõem-se a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele¹. Se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do cristianismo concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento; se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, são destrutivas da paz eterna da igreja e da ordem que Cristo estabeleceu nela, podem, legalmente, ser processados e visitados com as censuras eclesiásticas². Ref:

1 - 1Pe 2:13-16; Hb 13:17

2 - 1Co 5:1-5; 1Co 5:11-13; Tt 1:13; 2Ts 3:14; Tt 3:10; Mt 28:17-18

CAPÍTULO XXI DO CULTO RELIGIOSO E DO DOMINGO

XXI.I - O culto como Deus o requer.

A luz da natureza mostra que há um Deus que tem domínio e soberania sobre tudo; que é bom e faz bem a todos; e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo coração, de toda a alma e de toda a força¹; mas o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado pela sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás, nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras². Ref:

1 - Rm 1:19-20; Jr 10:7; Sl 19:1-6

2 - Dt 12:32; Mt 15:9; At 17:24-25; Êx 20:4-6; Cl 2:16-23; Lv 10:1-2; Is 1:12; 1Tm 2:7-15; Êx 20:26; Jr 7:23-24; 2Ts 3:6

XXI.II - Culto somente a Deus.

O culto religioso deve ser prestado a Deus - Pai, Filho e Espírito Santo - e somente a ele¹; não deve ser prestado nem aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura²; nem, depois da queda, deve ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro, senão Cristo³. Ref:

1 - Jo 5:23; 2Co 13:13; Mt 4:10; Ap 5:11-13

2 - Cl 2:18; Ap 19:10; Rm 1:25

3 - 1Tm 2:5; Ef 2:18

XXI.III - A oração que Deus produz em nós.

A oração com ação de graças, sendo uma parte especial do culto religioso¹, é por Deus exigida de todos os homens²; e, para que seja aceita, deve ser feita em nome do Filho³, pelo auxílio do seu Espírito⁴, segundo a sua vontade⁵, e isto com inteligência, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança⁶. Se for vocal, deve ser proferida em uma língua conhecida dos circunstantes⁷. Ref:

1 - Fp 4:6; Lc 18:1; 1Tm 2:8

2 - Lc 18:1; 1Tm 2:8

3 - Jo 14:13-14

4 - Rm 8:26

5 - 1Jo 5:14

6 - Sl 47:7; Hb 12:28; Gn 18:27; Tg 5:16; Ef 6:18

7 - 1Co 14:14-17

XXI.IV - A licitude da oração.

A oração deve ser feita por coisas lícitas¹ e por todas as classes de homens que existem atualmente ou que existirão no futuro²; mas não pelos mortos³, nem por aqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte⁴. Ref:

1 - 1Jo 5:14

2 - 1Tm 2:1-2; Jo 17:20; 2Sm 7:29

3 - Ec 9:5-6; 2Sm 12:22-23; Ec 12:7; 2Tm 2:11-13; Ap 14:13; Sl 49:7-8

4 - 1Jo 5:16; Mt 12:31-32

XXI.V - Do culto e dos votos.

A leitura das Escrituras com o temor devido¹, a sã pregação² da palavra e a consciente atenção a ela em obediência a Deus, com inteligência, fé e reverência³; o cantar salmos com agradecido coração⁴, bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo - são partes do ordinário culto de Deus⁵, além dos juramentos religiosos⁶; votos⁷, jejuns solenes⁸ e ação de graças em ocasiões especiais⁹, tudo o que, em seus vários tempos e ocasiões próprias, deve ser usado de um modo santo e religioso¹⁰. Ref:

01 - At 15:21; At 17:11; Ap 1:3

02 - 2Tm 4:2

03 - Tg 1:22; At 10:33; Hb 4:2; Mt 13:19; Is 66:2

04 - Cl 3:16; Ef 5:19; Tg 5:13

05 - Mt 28:19; At 2:42; 1Co 11:23-29

06 - Dt 6:13

07 - Sl 116:14; Is 19:21; Ne 10:

08 - Jl 2:12; Mt 9:15; 1Co 7:5; Ef 4:16

09 - Sl 107:1; Sl 107:8

10 - Jo 4:24; Hb 10:22

XXI.VI - A universalidade do culto.

Agora, sob o evangelho, nem a oração, nem qualquer outro ato do culto religioso é restrito a um certo lugar, nem se torna mais aceito por causa do lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija¹, mas, Deus deve ser adorado em todo o lugar², em espírito e verdade³ - tanto em famílias⁴, diariamente⁵ e em secreto, estando cada um sozinho⁶, como também mais solenemente em assembléias públicas, que não devem ser descuidadas, nem voluntariamente desprezadas nem abandonadas, sempre que Deus, pela sua providência, proporcionar ocasião⁷. Ref:

1 - Jo 4:21-22

2 - Mt 1:11; 1Tm 2:8

3 - Jo 4:23-24

4 - Dt 6:7; Jó 1:5; At 10:2

5 - Mt 6:11; Js 24:15

6 - Mt 6:6; Ef 6:16

7 - Is 56:7; Hb 10:25; At 2:42; Lc 4:16; At 13:42

XXI.VII - Deus separou um dia.

Como é lei da natureza que, em geral, uma devida proporção do tempo seja destinada ao culto de Deus, assim também em sua palavra, por um preceito positivo, moral e perpétuo, preceito que obriga a todos os homens em todos os tempos, Deus designou particularmente um dia em sete para ser um sábado (descanso) santificado por ele¹; desde o princípio do mundo, até a ressurreição de Cristo, esse dia foi o último da semana; desde a ressurreição de Cristo foi mudado para o primeiro dia da semana, dia que na Escritura é chamado Domingo, ou Dia do Senhor, e que há de continuar até ao fim do mundo como o sábado cristão². Ref:

1 - Êx 20:8-11; Is 56:2-6; Lc 4:16

2 - 1Co 16:1-2; At 20:7; Cl 2:16-17; Ap 1:10

XXI.VIII - Aproveitamento do dia sabático.

Este sábado é santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado os seus corações e de antemão ordenado os seus negócios ordinários, não só guardam, durante todo o dia, um santo descanso das suas obras, palavras e pensamentos a respeito de seus empregos seculares e de suas recreações¹, mas também ocupam todo o tempo em exercícios públicos e particulares de culto e nos deveres de necessidade e de misericórdia². Ref:

1 - Êx 16:23; Êx 16:25-26; Êx 16:29-30; Êx 31:16-17; Lc 23:56

2 - Is 58:13; Mt 12:1-13

CAPÍTULO XXII DOS JURAMENTOS LEGAIS E DOS VOTOS

XXII.I - Juramento litúrgico.

O juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso¹ pelo qual o crente, em ocasiões necessárias e com toda a solenidade, toma Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus para julgá-lo segundo a verdade ou falsidade do que jura². Ref:

1 - Dt 10:20

2 - 2Co 1:23; 2Cr 6:22-23; Êx 20:7

XXII.II - Juramento em nome de Deus.

O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, nome que se pronunciará com todo o santo temor e reverência¹; jurar, pois, falsa ou temerariamente por este glorioso e tremendo nome ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável²; contudo, como em assuntos de gravidade e importância o juramento é autorizado pela palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento como sob o Velho; o juramento, sendo exigido pela autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos³. Ref:

1 - Dt 6:13

2 - Jr 5:7; Tg 5:12; Mt 5:34-37

3 - 1Rs 8:31-32; Ed 10:5; Mt 26:63; Hb 6:16-18; 2Tm 4:1; 2Tm 2:14; 1Ts 5:27

XXII.III - O juramento honesto.

Quem vai prestar um juramento deve considerar refletidamente a gravidade de ato tão solene e nada afirmar de cuja verdade não esteja plenamente persuadido, obrigando-se declarar tão somente o de que está convencido ser a verdade, justo e bom, e aquilo que pode e está resolvido a cumprir. É, porém, pecado recusar a prestar juramento concernente a qualquer coisa justa e boa, sendo ele exigido pela autoridade legal. Ref:

Jr 4:2; Gn 24:2-3; Gn 24:9; Ne 5:12

XXII.IV - Juramento sob os ditames da consciência cristã.

O juramento deve ser prestado conforme o sentido comum e claro das palavras, sem equívoco ou reserva mental¹. Não obrigar a pecar; mas, sendo prestado com referência a qualquer coisa não pecaminosa, obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura². Não deve ser violado, ainda que feito a hereges ou infiéis³. Ref:

1 - Sl 24:4; Jr 4:2

2 - Sl 15:4

3 - Ez 17:16-18

XXII.V - Juramento promissório.

O voto é da mesma natureza que o juramento promissório; deve ser feito com o mesmo cuidado religioso e cumprido com igual fidelidade. Ref:

Ec 5:4-6; Sl 66:13-14; Sl 61:8; Dt 23:21-23

XXII.VI - Voto exclusivamente a Deus.

O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus¹; para que seja aceitável, deve ser feito voluntariamente, com fé e consciência de dever, em reconhecimento de misericórdias recebidas ou para obter o que desejamos. Pelo voto obrigamo-nos mais restritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde ou quando elas conduzirem a esses deveres². Ref:

1 - Sl 76:11

2 - Sl 50:14; Gn 28:20-22

XXII.VII - Nenhum juramento contra os preceitos bíblicos.

Ninguém deve prometer fazer coisa alguma que seja proibida na palavra de Deus ou que embarace o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem o que não está em seu poder cumprir e para cuja execução não tenha promessa ou poder de Deus¹; por isso, os votos monásticos, que os papistas fazem, de celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de laços supersticiosos e inúteis com os quais nenhum cristão deve embarçar-se². Ref:

1 - At 23:12; Mc 6:26; 1Co 2:9; Ef 4:28; 1Ts 4:11-12; 1Co 7:23

2 - Cl 2:20-23; 1Co 7:23; 1Tm 4:3-6

CAPÍTULO XXIII DO MAGISTRADO CIVIL

XXIII.I - O duplo governo de Deus.

Deus, o Senhor supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis que lhe são sujeitos, e a este fim, os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores. Ref:

Rm 13:1-4; 1Pe 2:13-14

XXIII.II - O cristão na magistratura.

Aos cristãos é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, sendo para ele chamados¹; e em sua administração, como devem especialmente manter a piedade, a justiça, e a paz, segundo as leis salutares de cada Estado², eles, sob a dispensação do Novo Testamento e para conseguir esse fim, podem licitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias³. Ref:

1 - Pv 8:15-16

2 - Sl 82:3-4

3 - Rm 13:1-4; Lc 3:14; Mt 8:9; At 10:1-2

XXIII.III - A igreja de Cristo num Estado leigo.

Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu, nem de modo algum intervir em matéria de fé; contudo, como pais solícitos, devem proteger a igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã sobre as outras, para que todos os eclesiásticos sem distinção gozem plena, livre e indisputa da liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve proibir, impedir ou embaraçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de cada um dos seus jurisdicionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar qualquer outra pessoa; e bem assim providenciar para que todas as assembléias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem ser perturbadas ou molestadas. Ref:

Mt 16:19; 1Co 4:1; Jo 18:36; Ef 4:11-12; 2Cr 26:18

XXIII.IV - Respeito às autoridades constituídas.

É dever do povo [de Deus] orar pelos magistrados¹, honrar as suas pessoas², pagar-lhes tributos e outros impostos³, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, e tudo isto por amor da consciência⁴. Incredulidade ou indiferença religiosa não anula a justa e legal autoridade do magistrado, nem absorve o povo da obediência que lhe deve, obediência de que não estão isentos os eclesiásticos. O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles ou sobre qualquer um do seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los dos seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto⁵. Ref:

1 - 1Tm 2:1-2

2 - 1Pe 2:17

3 - Rm 13:6-7

4 - Rm 13:5; Tt 3:1

5 - At 25:10-11

CAPÍTULO XXIV DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

XXIV.I - O princípio da monogamia.

O casamento deve ser entre um homem e uma mulher. Ao homem não é lícito ter mais de uma mulher nem à mulher, mais de um marido, ao mesmo tempo. Ref:

1Co 7:2; Mc 10:6-9; Rm 7:3; Gn 2:24

XXIV.II - Objetivos originais do matrimônio.

O matrimônio foi ordenado para o mútuo auxílio de marido e mulher¹, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima e da igreja por uma semente santa², e para impedir a impureza³. Ref:

1 - Gn 2:18

2 - Mt 2:15; Gn 9:1

3 - 1Co 7:2; 1Co 7:9

XXIV.III - Casamento misto.

A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar¹; mas é dever dos cristãos casar somente no Senhor; portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se desigualmente pelo jugo do casamento aos que são notoriamente ímpios em suas vidas ou que mantêm heresias perniciosas². Ref:

1 - Hb 13:4; 1Tm 4:3

2 - 1Co 7:39; 2Co 6:14; Gn 24:14; Êx 34:16; 1Rs 11:4; Ne 13:25-27

XXIV.IV - Casamentos consangüíneos.

Não devem casar-se as pessoas entre as quais existem os graus de consangüinidade ou afinidade proibidas na palavra de Deus¹; tais casamentos incestuosos jamais poderão tornar-se lícitos pelas leis humanas ou consentimento das partes, de modo a poderem coabitar como marido e mulher². Ref:

1 - 1Co 5:1

2 - Mc 6:18; Lv 18:24-28; Lv 20:19-21

XXIV.V - Justo motivo de dissolução do contrato matrimonial.

O adultério ou a fornicação, cometido depois de um contrato, sendo descoberto antes do casamento, dá à parte inocente justo motivo de dissolver o contrato¹; no caso de adultério depois do casamento, à parte inocente é lícito propor divórcio², e depois de obter o divórcio, casa-se com outrem, como se a parte infiel fosse morta³. Ref:

1 - Mt 1:18-20

2 - Mt 5:31-32

3 - Mt 19:9

XXIV.VI - Causas morais de separação conjugal.

Posto que a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em matrimônio, contudo, nada, senão o adultério, é causa suficiente para dissolver os laços do matrimônio, a não ser que haja deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela igreja nem pelo magistrado civil¹. Para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular, não se devendo deixar ao arbítrio e discrição das partes o decidir em seu próprio caso². Ref:

1 - Mt 19:3; Mt 19:8; 1Co 7:15

2 - Ed 10:3; Dt 24:1-4

CAPÍTULO XXV DA IGREJA

XXV.I - A invisível igreja católica.

A igreja católica ou universal, que é invisível, consta do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, seu Cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas. Ref:

Ef 1:10; Ef 1:22-23; Cl 1:18; Ef 5:27; Hb 12:23

XXV.II - A internacionalidade da igreja visível.

A igreja visível, que também é católica ou universal sob o evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a lei) consta de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião¹, juntamente com seus filhos²; é o reino do Senhor Jesus³, a casa e família de Deus⁴, fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação⁵. Ref:

1 - 1Co 12:12-13; Rm 15:9-12

2 - Gn 17:7; Gl 3:7-9; Gl 3:14; At 2:39; 1Co 7:14; Mc 10:13-16

3 - Mt 13:47; Cl 1:13; Is 9:7

4 - Ef 2:19

5 - Mt 28:19; At 2:38; 1Co 12:13; At 4:12

XXV.III - O ministério da igreja.

A esta igreja católica visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para congregamento e aperfeiçoamento dos santos nesta vida, até o fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito, os torna eficazes para esse fim, segundo a sua promessa. Ref:

Ef 4:11-13; Is 59:21; Mt 28:19-20

XXV.IV - A maior ou menor visibilidade da igreja.

Esta igreja católica tem sido ora mais ora menos visível¹. As igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras conforme nelas é, com mais ou menos pureza, ensinado e abraçado o evangelho, administradas as ordenanças e celebrado o culto público². Ref:

1 - Ef 4:11-13; Rm 11:3-4; At 9:31

2 - 1Co 5:6-7; Ap 2

XXV.V - A impureza da igreja.

As igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro¹; algumas têm degenerado ao ponto de não serem mais igrejas de Cristo, mas sinagogas de Satanás²; não obstante, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele mesmo³. Ref:

1 - Mt 13:24-30

2 - Ap 2:9; 2Pe 2:1; 1Tm 4:1

3 - Mt 16:16-18; Sl 102:28; Mt 28:19-20

XXV.VI - O Cabeça da igreja, Cristo.

Não há outro Cabeça da igreja senão o Senhor Jesus Cristo¹; em sentido algum pode ser o Papa de Roma o seu cabeça², mas ele é aquele anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na igreja contra Cristo e contra tudo o que se chama Deus³. Ref:

- 1 - Cl 1:18; Sl 118:22; Ef 1:22-23; 1Pe 5:2-4; Mt 21:42; 1Pe 2:6; Ef 2:20
2 - Mt 23:8-10
3 - 2Ts 2:3-4

CAPÍTULO XXVI DA COMUNHÃO DOS SANTOS

XXVI.I - O corpo universal dos santos.

Todos os santos que, pelo Espírito e pela fé, estão unidos a Jesus Cristo, seu Cabeça, têm com ele comunhão nas suas graças, nos seus sofrimentos, na sua morte, na sua ressurreição e na sua glória¹, e, estando unidos uns aos outros no amor, participam dos mesmos dons e graças² e estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior como no exterior³. Ref:

- 1 - 1Jo 1:3; Ef 3:16-19; Jo 1:16; Fp 3:10; Rm 6:5-6; Rm 8:1-2; Rm 8:16-17
2 - Ef 4:15-16; 1Jo 1:7
3 - 1Ts 5:11; 1Ts 5:14; Gl 6:10; 1Jo 3:16-18

XXVI.II - Ministérios naturais da igreja.

Os santos são, pela sua profissão, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto de Deus e na observância de outros serviços espirituais, que tendam à sua mútua edificação¹, bem como a socorrer uns aos outros em coisas materiais, segundo as suas respectivas necessidades e meios; esta comunhão, conforme Deus oferecer a ocasião, deve estender-se a todos aqueles que em qualquer lugar invoquem o nome do Senhor Jesus². Ref:

- 1 - Hb 10:24-25; At 2:42-46; 1Co 11:20
2 - 1Jo 3:17; At 11:29-30

XXVI.III - Comunhão, não consubstancialidade.

Esta comunhão que os santos têm com Cristo não os torna, de modo algum, participantes da substância da sua divindade, nem iguais a Cristo em qualquer sentido; afirmar uma ou outra coisa é blasfemo¹. A comunhão de uns com os outros não destrói, nem de modo algum enfraquece, o título ou domínio que cada homem tem sobre os seus bens e possessões². Ref:

- 1 - Cl 1:18; 1Co 8:6; Sl 45:7; 1Tm 6:15-16
2 - At 5:4

CAPÍTULO XXVII DOS SACRAMENTOS

XXVII.I - Sacramentos, sinais do pacto da graça.

Os sacramentos são sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Deus¹ para representar Cristo e os seus benefícios e confirmar o nosso interesse nele², bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à igreja e o resto do mundo³, e solenemente obrigá-los ao serviço de Deus em Cristo, segundo a sua palavra⁴. Ref:

- 1 - Gn 17:9-11; Êx 13:9-10; Rm 4:11
2 - 1Co 10:16; 1Co 11:25-26; Gl 3:27
3 - Êx 12:48; Hb 13:10; 1Co 11:27-29
4 - Rm 6:3-4; 1Co 10:14-16

XXVII.II - Interação sacramental.

Em cada sacramento há uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada, e por isso, os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro. Ref:

Gn 17:10-11; Dt 30:6; 1Co 5:7-8; 1Co 10:14-16; 1Pe 3:21; Ez 36:25; Tt 3:5; Jr 9:25

XXVII.III - Os sacramentos não operam a graça.

A graça significada nos sacramentos, ou por meio deles, quando devidamente usados, não é conferida por qualquer poder neles existentes; nem a eficácia deles depende da piedade ou intenção de quem os administra, mas da obra do Espírito¹ e da palavra da instituição, a qual, juntamente com o preceito que autoriza o uso deles, contém uma promessa de benefício aos que dignamente o recebem². Ref:

1 - Rm 2:28-29; 1Co 3:7; 1Co 6:11; Jo 3:5; At 8:13-23

2 - Jo 6:63; At 1:4-5

XXVII.IV - Os sacramentos bíblicos.

Há apenas dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no evangelho: O Batismo e a Ceia do Senhor¹. Nenhum dos quais pode ser administrado senão por um ministro da palavra, legalmente ordenado². Ref:

1 - Mt 28:19; 1Co 11:20; 1Co 11:23; 1Co 11:24

2 - Hb 5:4; At 11:16-18; Ef 4:11

XXVII.V - Circuncisão e Páscoa antecedentes do Batismo e Santa Ceia.

Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significadas e representadas, eram, em substância, os mesmos que os do Novo Testamento. Ref:

1Co 10:1-4; Cl 2:11-12; 1Co 5:7-8; Rm 4:11; Lc 22:13-20; Dt 30:6; Rm 2:28-29

CAPÍTULO XXVIII DO BATISMO

XXVIII.I - Batismo, um meio de graça.

O batismo, sacramento do Novo Testamento, foi instituído por Jesus Cristo¹, não só para solenemente admitir na igreja a pessoa batizada², mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça³, de sua união com Cristo⁴, da regeneração⁵, da remissão dos pecados⁶ e também da sua consagração a Deus por Jesus Cristo a fim de andar em novidade de vida⁷. Este sacramento, segundo a ordenação de Cristo, há de continuar em sua igreja até ao fim do mundo⁸. Ref:

1 - Mt 28:19

2 - At 2:41; At 10:47

3 - Rm 4:11; Gl 3:29; Cl 2:11-12

4 - Gl 3:27; Rm 6:3-4

5 - Tt 3:5

6 - At 2:38; Mc 1:4; At 22:16

7 - Rm 6:3-4

8 - Mt 28:19

XXVIII.II - Legitimidade do Batismo.

O elemento exterior usado neste sacramento é água, com a qual um ministro do evangelho, legalmente ordenado, deve batizar o candidato em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ref:

At 10:47; At 8:36-38

XXVIII.III - O Tríplice testemunho da asperção.

Não é necessário imergir na água o candidato¹, mas o batismo é devidamente administrado por efusão ou aspersão². Ref:

1 - Sl 51:7; Nm 8:5-7; At 22:16; Jo 3:23-22; Hb 10:22; 1Pe 3:21; At 16:33; At 9:18

2 - 1Jo 5:6-8; Is 44:3; Ez 36:25; Jl 2:23; Jl 2:28-29; At 2:17; At 10:44-45; Hb 10:22; Hb 12:24; 1Pe 1:2; Hb 9:10; Hb 9:13-14; Hb 9:19; Hb 9:21

XXVIII.IV - As crianças no pacto da graça.

Não só os que professam a sua fé em Cristo e obediência a ele¹, mas os filhos de pais crentes² (ainda que um só deles seja crente)³ devem ser batizados⁴. Ref:

1 - Gn 17:7-9; Gn 17:12; Gl 3:9; Gl 3:14; Dt 10:16; Dt 30:6; Jr 4:4; Cl 2:11-12

2 - At 2:38-39; Is 49:22; Sl 89:34; Is 49:25; Ex 20:4-6; Sl 127:3

3 - 1Co 7:12-14; Jd 1:3

4 - At 8:36-37; Mt 18:6; Lc 1:41-44; Sl 71:6; Sl 22:10; Mt 28:19-20; Pv 22:6; 2Tm 3:15; Jr 31:34; Jz 13:7; Gl 1:15; Is 49:1

XXVIII.V - Batismo não regenera.

Posto que seja grande pecado desprezar ou negligenciar esta ordenança¹, contudo, a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente ligadas com ela, que sem ela ninguém possa ser regenerado e salvo² os que sejam indubitavelmente regenerados todos os que são batizados³. Ref:

1 - Lc 7:30; Gn 17:14; At 10:47

2 - Rm 4:11-12

3 - Lc 23:40-43; At 8:13-23

XXVIII.VI - Necessidade e eficácia do Batismo.

A eficácia do batismo não se limita ao momento em que é administrado¹; contudo, pelo devido uso desta ordenança, a graça prometida é não somente oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ele pertence, adultos ou crianças, segundo o conselho da vontade de Deus, em seu tempo apropriado². Ref:

1 - Jo 3:5-8

2 - Gl 3:27; Ef 1:4-5; Ef 5:25-26

XXVIII.VII - A irrepitibilidade do Batismo.

O sacramento do batismo deve ser administrado uma só vez a uma mesma pessoa. Ref:

Tt 3:5; Ef 4:5; 1Co 7:19-21; Mt 23:26

CAPÍTULO XXIX DA CEIA DO SENHOR

XXIX.I - Instituição da Santa Ceia.

Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento do seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em sua igreja até ao fim do mundo, a fim de lembrar perpetuamente o sacrifício que em sua morte ele fez de si mesmo; selar aos verdadeiros crentes os benefícios provenientes desse sacrifício para o seu nutrimento espiritual e crescimento nele e a sua obrigação de cumprir todos os seus deveres para com ele; e ser um vínculo e penhor da sua comunhão com ele e de uns com os outros, como membros do seu corpo místico. Ref:

1Co 11:23-26; Mt 26:26-27; Lc 22:19-20; 1Co 10:16-21; 1Co 12:13

XXIX.II - Na Ceia, Cristo oferta-se aos seus eleitos.

Neste sacramento não se oferece Cristo a seu Pai, nem de modo algum se faz um sacrifício pela remissão dos pecados dos vivos ou dos mortos, mas se faz uma comemoração daquele único sacrifício que ele fez de si mesmo na cruz, uma só vez, e por meio dele uma oblação de todo o louvor a Deus; assim o chamado sacrifício papal da missa é sobremodo ofensivo ao único sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos. Ref:

Hb 9:22-28; Hb 9:25; Mt 26:26-27; Lc 22:19-20; Hb 7:23-24; Hb 7:27; Hb 10:11-14; Hb 10:18

XXIX.III - Santa Ceia, ato pastoral.

Nesta ordenança o Senhor constituiu seus ministros para declarar ao povo a sua palavra de instituição, orar, abençoar os elementos, pão e vinho, e assim separá-los do comum para um uso sagrado, tomar e partir o pão, tomar o cálice, dele participando também, e dar ambos os elementos aos comungantes e tão somente aos que se acharem presentes na congregação. Ref:

Mc 14:22-24; At 20:7; 1Co 11:20

XXIX.IV - Eucaristia como sacramento individualizado e idolatrado.

A missa ou recepção do sacramento por um só sacerdote ou por uma só pessoa, bem como a negação do cálice ao povo, a adoração dos elementos, a elevação ou procissão deles para serem adorados e a sua conservação para qualquer uso religioso, são coisas contrárias à natureza deste sacramento e à instituição de Cristo. Ref:

1Tm 1:3-4; 1Co 11:25-29; Mt 15:9

XXIX.V - Os elementos eucarísticos não se transubstanciam.

Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente consagrados aos usos ordenados por Cristo, têm tal relação com Cristo crucificado, que verdadeira, mas sacramentalmente, são às vezes chamados pelos nomes das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo¹; porém, em substância e natureza conservam-se verdadeira e somente pão e vinho, como eram antes². Ref:

1 - Mt 26:26-28;

2 - 1Co 11:26-28

XXIX.VI - Sobre a transubstanciação.

A doutrina geralmente chamada transubstanciação, que ensina a mudança da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo, mediante a consagração de um sacerdote ou por qualquer outro meio, é contrária, não só às Escrituras, mas também ao senso comum e à razão; destrói a natureza do sacramento e tem sido a causa de muitas superstições e até de crassa idolatria. Ref:

Ap 21:8; 1Co 11:24-26; Lc 24:6

XXIX.VII - O alimento espiritual da Ceia do Senhor.

Os que comungam dignamente, participando exteriormente dos elementos visíveis deste sacramento, também recebem intimamente, pela fé, a Cristo crucificado e todos os benefícios da sua morte, e nele se alimentam, não carnal ou corporalmente, mas real, verdadeira e espiritualmente, não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou carnalmente nos elementos pão e vinho, nem com eles ou sob eles, mas espiritual e realmente presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos aos seus sentidos corporais. Ref:

1Co 11:28; 1Co 10:16; Jo 6:53-58

XXIX.VIII - Santa Ceia, bênção para os regenerados, maldição para os réprobos.

Ainda que os ignorantes e os ímpios recebam os elementos visíveis desde sacramento, não recebem a coisa por eles significada, mas, pela sua indigna participação tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor, para sua própria condenação. Portanto, eles como são indignos da sua mesa, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, participar destes santos mistérios nem a eles ser admitidos, enquanto permanecerem nesse estado. Ref:

1Co 1:27-29; 1Co 10:21; 2Co 6:14-16; 2Ts 3:6; 2Ts 3:14-15; Mt 7:6; Jo 6:53-58

CAPÍTULO XXX DAS CENSURAS ECLESIASTICAS

XXX.I - Igreja e estado, separados, mas mutuamente cooperativos.

O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça da sua igreja, nela instituiu um governo nas mãos dos oficiais dela; governo distinto da magistratura civil. Ref:

Is 9:6-7; 1Tm 5:17; 1Ts 5:12; At 20:17-28; 1Co 12:28; Jo 18:36

XXX.II - As chaves do Reino dos Céus.

A esses oficiais estão entregues as chaves do Reino do Céu. Em virtude disso eles têm respectivamente o poder de reter ou remitir pecados; fechar esse reino a impenitentes, tanto pela palavra como pelas censuras; abri-lo aos pecadores penitentes pelo ministério do evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem. Ref:

Mt 16:19; Mt 18:17-18; Jo 20:21-23; 2Co 2:6-8

XXX.III - A necessidade da disciplina.

As censuras eclesíasticas são necessárias para chamar e ganhar para Cristo os irmãos ofensores, para impedir que os outros pratiquem ofensas semelhantes, para purgar o velho fermento que poderia corromper a massa inteira, para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do evangelho e para evitar a ira de Deus, a qual com justiça poderia cair sobre a igreja, se ela permitisse que o pacto divino e os selos dele fossem profanados por ofensores notórios e obstinados. Ref:

1Tm 5:20; 1Tm 1:20; Jd 1:22-23; 1Co 11:27-34; 1Co 5:11-13

XXX.IV - As disciplinas permitidas.

Para a melhor obtenção destes fins, os oficiais da igreja devem proceder dentro da seguinte ordem, segundo a natureza da falta e demérito da pessoa: repreensão, suspensão do sacramento da Ceia do Senhor por algum tempo e exclusão da igreja. Ref:

Mt 18:17; 1Ts 5:12; 2Ts 3:6; 2Ts 3:14-15; 1Co 5:3-4; 1Co 5:13; Tt 3:10

CAPÍTULO XXXI DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS

XXXI.I - Sistema conciliar.

Para melhor governo e maior edificação da igreja, deverá haver as assembléias comumente chamadas sínodos ou concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e outros presbíteros das igrejas particulares, criar assembléias e reunir-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da igreja. Ref:

At 15:2-6; At 20:17; At 20:28; Ap 2:1-6

XXXI.II - Competência dos concílios.

Aos sínodos e concílios compete decidir ministerialmente controvérsias quanto à fé e casos de consciência, determinar regras e disposições para a melhor direção do culto público de Deus e governo da sua igreja, receber queixas em caso de má administração e autoritativamente decidi-las. Os seus decretos e decisões, sendo consoantes com a palavra de Deus, devem ser recebidos com reverência e submissão, não só pelo seu acordo com a palavra, mas também pela autoridade com que são feitos, visto que essa autoridade é uma ordenação de Deus, designada para isso em sua palavra. Ref:

At 16:4; At 15:27-31

XXXI.III - Os concílios são falíveis.

Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; eles, portanto, não devem constituir regra de fé e prática, mas podem ser usados como auxílio em uma e outra coisa. Ref:

At 17:11; 1Co 2:5; 2Co 1:24

XXXI.IV - Igreja num estado leigo.

Os sínodos e concílios não devem discutir, nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica; não devem imiscuir-se nos negócios civis do Estado, a não ser por humilde petição em casos extraordinários ou por conselhos em satisfação de consciência, se o magistrado civil os convidar a fazê-lo. Ref:

Lc 12:13-14; Jo 18:36

CAPÍTULO XXXII

DO ESTADO DO HOMEM DEPOIS DA MORTE E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

XXXII.I - O estado intermediário.

Os corpos humanos, depois da morte, convertem-se em pó e vêm a corrupção¹; mas as suas almas - que nem morem nem dormem - tendo uma substância imortal, voltam imediatamente para Deus que as deu². As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas na santidade, são recebidas no mais alto dos céus, onde vêm a face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção dos seus corpos³; e as almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde ficarão em tormentos e em trevas espessas, reservadas para o juízo do grande dia final⁴. Além destes dois lugares, destinados às almas separadas de seus respectivos corpos, as Escrituras não reconhecem nenhum outro lugar. Ref:

1 - Gn 3:19; At 13:36

2 - Lc 23:43; Fp 1:23; 2Co 5:6-8; Ec 12:7

3 - Lc 16:23; Rm 8:23; 2Co 5:8; Ap 7:4; Ap 7:14

4 - Lc 16:23-25; 2Pe 2:9

XXXII.II - Vivos e mortos no dia do juízo.

No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão mudados¹; todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos e não outros, posto que com qualidades diferentes, e ficarão reunidos às suas almas para sempre². Ref:

1 - 1Ts 4:17; 1Co 15:51-52

2 - 1Co 15:42-44

XXXII.III - O dia do juízo.

Os corpos dos injustos serão, pelo poder de Cristo, ressuscitados para desonra; os corpos dos justos serão, pelo seu Espírito, ressuscitados para honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso de Cristo. Ref:

At 24:15; Jo 5:28-29; Fp 3:21

CAPÍTULO XXXIII

DO JUÍZO FINAL

XXXIII.I - Juízo, não juízos.

Deus já determinou um dia em que, segundo a justiça, há de julgar o mundo por Jesus Cristo¹, a quem foram pelo Pai entregues o poder e o juízo². Neste dia, não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas também todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra, comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e obras, e receberem o galardão segundo o que tiverem feito, bom ou mau, estando no corpo³. Ref:

1 - At 17:31; Mt 25:31-34

2 - Jo 5:22-27

3 - Jd 1:6; 2Pe 2:4; 2Co 5:10; Ec 12:14; Rm 2:16; Rm 14:10-12; Mt 12:36-37; 1Co 3:13-15

XXXIII.II - Juízo, manifestação da glória de Deus.

O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é manifestar a sua glória, glória da sua misericórdia na salvação dos eleitos¹ e a glória da sua justiça na condenação dos réprobos, que são injustos e desobedientes². Os justos irão então para a vida eterna e receberão aquela plenitude de gozo e alegria procedente da presença do Senhor³; mas os ímpios, que nem conhecem a Deus nem obedecem ao evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos tormentos e punidos com a destruição eterna separados da presença e da glória do seu poder⁴
Ref:

1 - Rm 9:23; Ef 2:4-7

2 - Rm 2:5-6; 2Ts 1:7-8

3 - Mt 25:31-34; At 3:19; Sl 16:11

4 - Mt 24:41-46; 2Ts 1:9; Mc 9:47-48

XXXIII.III - Surpresa necessária.

Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades¹, quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo, assim também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos para dizer: Vem logo, Senhor Jesus². Ref:

1 - 2Pe 3:11-14; 2Co 5:11; 2Ts 1:5-7; Lc 21:27-28; Mt 24:36; Mt 24:42

2 - Mc 13:35-37; Lc 12:35-36; Ap 22:20

CAPÍTULO XXXIV DO ESPÍRITO SANTO

XXXIV.I - A terceira pessoa da Trindade.

O Espírito Santo é a terceira pessoa da Trindade, procedente do Pai e do Filho, da mesma substância e igual em poder e glória¹, e deve-se crer nele, amá-lo, obedecê-lo e adorá-lo, juntamente com o Pai e o Filho, por todos os séculos². Ref:

1 - Mt 28:19; Jo 15:26; Co 13:14; Gl 4:6

2 - Mt 3:16-17; Jo 16:13-14; Dt 6:5

XXXIV.II - O doador da vida.

É ele o Senhor e doador da vida, presente em toda parte na natureza, e é a fonte de todos os pensamentos bons, desejos puros e conselhos santos que se encontram nos homens¹. Por ele os profetas foram levados a falar a palavra de Deus, e todos os autores da Sagrada Escritura foram inspirados a registrar de um modo infalível a disposição e a vontade de Deus. A dispensação do evangelho foi-lhe entregue de um modo especial². O Espírito Santo prepara o caminho para o evangelho, acompanhado com seu poder persuasivo e recomenda a sua mensagem à razão e à consciência dos homens, de maneira que os que rejeitam a oferta misericordiosa, ficam não somente sem desculpa, mas também culpados de terem resistido ao Espírito Santo³. Ref:

1 - Rm 8:2; Sl 139:7; Gn 1:2; Tg 1:17

2 - 2Pe 1:19-21

3 - Jo 16:7-11; Jo 16:13; Jo 16:14; At 7:51-53

XXXIV.III - O Espírito regenerador.

O Espírito Santo, o qual o Pai prontamente dá a todos os que o pedirem, é o único agente eficaz na aplicação da redenção¹. Ele convence os homens do pecado, leva-os ao arrependimento, regenera-os pela sua graça e persuade-os e habilita-os a abraçar a Jesus Cristo pela fé². Ele une todos os crentes a Cristo, habita neles como seu Consolador e santificador, dá-lhes o espírito de adoção e de oração, e cumpre neles todos os graciosos ofícios pelos quais eles são santificados e selados até o dia da redenção³. Ref:

1 - Lc 11:13; Tt 3:4-7; At 5:32; At 2:37-38

2 - Jo 16:8; 1Co 12:9-11; Rm 2:4

3 - 1Co 12:13; 1Co 3:16-17; Ef 4:30; Rm 8:15; Rm 8:26

XXXIV.IV - As operações do Espírito.

Pela presença do Espírito Santo nos seus corações, todos os crentes, estando intimamente unidos a Cristo, a Cabeça, estão assim unidos uns aos outros na igreja, que é o seu corpo¹. Ele chama e unge os ministros para o seu santo ofício, prepara todos os outros oficiais na igreja para o seu trabalho especial e concede vários dons e graças aos demais membros². Ele torna eficazes a palavra e as ordenanças do evangelho. Por ele a igreja será preservada e aumentada até cobrir a face da terra, será purificada e, afinal, tornada perfeitamente santa na presença de Deus³. Ref:

1 - Ef 1:22-23

2 - At 20:28; 1Co 12:11

3 - 1Co 2:4; Ef 5:27

CAPÍTULO XXXV DO AMOR DE DEUS E DAS MISSÕES

XXXV.I - O grande amor de Deus.

Em seu amor infinito e perfeito - e tendo provido no pacto da graça, pela mediação e sacrifício do Senhor Jesus Cristo, um caminho de vida e salvação suficiente e adaptado a toda a raça humana decaída como está¹ - Deus determinou que a todos os homens esta salvação de graça seja anunciada no evangelho². Ref:

1 - Jo 3:16

2 - 1Tm 4:10; Mc 16:15

XXXV.II - A oferta da salvação.

No evangelho Deus proclama o seu amor ao mundo, revela clara e plenamente o único caminho da salvação, assegura vida eterna a todos quantos verdadeiramente se arrependem e crêem em Cristo¹, e ordena que esta salvação seja anunciada a todos os homens, a fim de que conheçam a misericórdia oferecida² e, pela ação do seu Espírito, a aceitem como dádiva da graça³. Ref:

1 - Jo 3:16; Jo 14:6; At 4:12; 1Jo 5:12

2 - Mc 16:15

3 - Ef 2:8-9; Ef 2:4; Fp 1:29; Is 57:17-19; Os 14:4

XXXV.III - A responsabilidade do homem.

As Escrituras nos asseguram que os que ouvem o evangelho e aceitam imediatamente os seus misericordiosos oferecimentos, gozam os eternos benefícios da salvação: porém, os que continuam impenitentes e incrédulos agravam a sua falta e são os únicos culpados pela sua perdição. Ref:

Jô 5:24; Jô 3:18

XXXV.IV - Um único caminho.

Visto não haver outro caminho de salvação a não ser o revelado no evangelho e visto que, conforme o usual método de graça divinamente estabelecido, a fé vem pelo ouvido que atende à palavra de Deus, Cristo comissionou a sua igreja para ir por todo o mundo e ensinar a todas as nações¹. Todos os crentes, portanto, têm por obrigação sustentar as ordenanças religiosas onde já estiverem estabelecidas e contribuir, por meio de suas orações e ofertas e por seus esforços, para a dilatação do reino de Cristo por todo o mundo². Ref:

1 - Jô 14:6; At 4:12; Mt 28:19-20

2 - 1Co 4:2; 2Co 9:6-7; 2Co 9:10; Fp 1:29; 2Tm 2:10